

# Derrite propôs barrar PF nos Estados

# Elo do bolsonarismo

# com o crime levou à trama contra a PF

Reprodução



Ofício produzido dentro do BC foi única base para Daniel Vorcaro sair da cadeia

Ofício interno do Banco Central, redigido às vésperas da deflagração da Operação Compliance Zero que prendeu Daniel Vorcaro por fraude que pode chegar a 12 bilhões, foi a peça chave para o pedido de soltura do dono do banco Master. O ofício conta a reunião por videoconferência entre Vorcaro e diretores do BC, reunião em que não há nenhum registro gravado, apenas o relato apresentado. No relato, ele teria informado que viajaria a Dubai. Com base nisso, a defesa pediu sua soltura alegando que ele não pretendia fugir. Pág. 3

Juristas militares dizem que Trump cometeu crime de guerra no Caribe

Um dos principais jornais dos EUA, o Washington Post, revelou, citando fontes, que no ataque que abriu a campanha militar de Trump no Caribe (dia 2/9), o chefe do Pentágono, Pete Hegseth, deu uma ordem verbal de "matar todos". Juristas militares norte-americanos apontaram que se trata de "crime de guerra" sob o direito internacional ou "assassinato" sob o código penal. Pág. 7

Papa Leão XIV pede criação do Estado Palestino

A defesa da Palestina foi reafirmada pelo Papa Leão XIV, que condenou o não reconhecimento do Estado para o povo palestino por parte de Israel: "A Santa Sé tem apoiado publicamente a proposta de uma Solução de Dois Estados há vários anos. Porém, todos sabemos que Israel ainda não a aceita. Mas nós consideramos essa a única solução capaz de resolver o conflito atual", declarou.

Página 6



5



## Sem investigação, sem recursos e sem arresto de bens dos criminosos

O Brasil assistiu estarrado a uma cruzada do bolsonarismo contra a Polícia Federal. O bolsonarista Guilherme Derrite, secretário de Segurança de Tarcísio, em SP, se licenciou do cargo que ocupava para assumir a Câmara dos Deputados

com o único objetivo de desatar completamente o projeto de lei do governo Lula de combate às facções criminosas que atuam no país. As últimas operações da Polícia Federal mostraram ligações entre organizações criminosas e o seu braço político nos Estados e no Congresso. Página 3

Divulgação

## Galípolo abre o jogo: só reduz juro se desemprego aumentar

Divulgação

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou que não vê nenhum motivo para os juros caírem no Brasil. "Não há qualquer tipo de adição ou modulação em relação a minha última fala [27/11]", disse. Na última semana, ele declarou que a decisão de manter o segundo maior juro do mundo "não é reiniciada a cada reunião do Copom, mas segue uma trajetória contínua" e considerou que o mercado de trabalho brasileiro está "aquecido", o que demanda do BC uma postura "mais conservadora". Pág. 2

## Amauri Pollachi: privatização da Sabesp fez sede virar um negócio

Durante décadas, a Sabesp foi considerada um investimento estável, capaz de lucrar mesmo em crise hídrica e ainda manter alto nível de reinvestimento. Agora, com a privatização pelo governo Tarcísio, a lógica se altera: dividendo caminha para 100% do lucro e a manutenção preventiva perde espaço, denuncia o engenheiro Amauri Pollachi, especialista em recursos hídricos. Pág. 4

## Moraes registra contradição de Heleno e manda PF fazer perícia

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou aos peritos da PF que façam um relatório sobre a alegação da defesa de Augusto Heleno de que ele tem o diagnóstico de Alzheimer. "Em virtude de informações contraditórias, a análise do pedido formulado pela defesa [de prisão domiciliar] exige, inicialmente, a efetiva comprovação do diagnóstico de demência mista", escreveu. Pág. 3



Brasil pode fabricar não só o Astrus, lança-mísseis da Avibrás, mas aeronaves, radares, submarinos etc

## CNI defende produzir no Brasil e frear importações de defesa

Ação pode gerar 226 mil empregos diretos e R\$ 9,9 bilhões de arrecadação

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende que o Brasil pode avançar na substituição de importações industriais de defesa pela produção interna, pois o país atingiu a capacidade de produzir armamentos, radares, mísseis e aeronaves militares. Em seu estudo inédito, a entidade aponta que "se o Brasil produzisse cerca de um terço dos produtos de defesa e segurança que hoje importa, o país poderia criar 226 mil empregos diretos e indiretos e arrecadar R\$ 9,9 bilhões em tributos indiretos e contribuições sociais". "Compras públicas de defesa são um instrumento estratégico para estimular a produção nacional, adensar cadeias industriais e impulsivar pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) com efeitos multiplicadores em toda a economia", defende a Federação da Indústria de SC. Pág. 2

# “Austeridade fiscal trilionária”, por Paulo Kliass

Pág. 2

## Austeridade fiscal trilionária

Pauta bomba são os juros!

PAULO KLIASS\*

A área econômica da Esplanada dos Ministérios sempre encheu a boca para se orgulhar de sua busca permanente pela austeridade fiscal. Desde antes da posse do terceiro mandato de Lula à frente da Presidência da República, o que se ouvia era o compromisso do futuro governo – que deveria marcar a ruptura com a direita e a extrema direita desde o golpe contra Dilma em 2016 – com a pauta ditada pelo financeirismo e pelos interesses da Faria Lima. Dentro tanta tensão do conservadorismo econômico, ganhava destaque o engajamento com o objetivo de gerar recursos orçamentários para o pagamento de juros da dívida pública. Assim, de acordo com os cânones do manual do neoliberalismo internacional preconizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), tal procedimento implicava a geração de superávit primário nas contas públicas.

O próprio Lula emitia declarações ambíguas a esse respeito. Ao mesmo tempo em que prometia fazer mais e melhor do que nos dois primeiros mandatos, ele dizia antes das eleições de 2022 que

(...) “ninguém neste mundo demonstrou mais responsabilidade fiscal do que nós. O Brasil foi o único país do G20 que fez superávit primário durante os mandatos meu e da Dilma. Único do mundo” (...) [GN]

Ora, não há razão alguma para um governo que se pretende progressista, com um pé de alguma forma ainda fincado no campo da esquerda, se vangloriar de ter realizado tanto superávit primário. E o pior do que isto é ainda considerar como virtude de orientação de programa governamental continuar desenvolvendo uma política econômica de inspiração neoliberal, ancorada na austeridade fiscal e no arrocho monetário. A título de exemplo, apenas durante os 2 primeiros mandatos de Lula, o governo federal realizou uma despesa de R\$ 2,6 trilhões para o pagamento de juros da dívida pública. Isso representou uma média de 4,5% do PIB com esse tipo de despesa orçamentária entre 2003 e 2010. Na verdade, esse tipo de dispêndio é a contrapartida do esforço para realizar superávit primário.

### RECORDE DE DESPESA COM JUROS! NUNCA ANTES NA HISTÓRIA DESTE PAÍS

Mas o dramático é que o processo foi ainda mais agravado com o retorno de Lula ao Palácio do Planalto em 2023. O processo de comprometimento de recursos públicos com a esfera financeira foi aprofundado. De acordo com o mais recente Boletim de Estatísticas Fiscais do Banco Central (BC) a situação nunca esteve tão ruim. Como costuma afirmar o Presidente, “nunca antes na História deste País” o setor público gastou tanto com uma despesa tão parasita e regressiva quanto no mês de outubro. De acordo com as informações exibidas no documento, naquele mês foram despendidos R\$ 114 bilhões com o pagamento de juros da dívida pública. Este foi o maior valor mensal da série histórica apurada pelo órgão.

Este volume representou uma média de R\$ 5 bi por cada um dos 23 dias úteis do mês. Uma loucura! Tanto mais impressionante se levarmos em conta o discurso do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e dos órgãos da grande imprensa de forma geral quando o Senado Federal aprovou recentemente uma medida justa e necessária de regulamentar a aposentadoria especial para os agentes de saúde. A narrativa que se tentava impor era de uma “pauta bomba”, “irresponsabilidade fiscal” e por aí vai. Já o número dois de Fernando Haddad, Dario Durigan, saiu-se com bravatas e ameaças à decisão do legislativo

(...) “Esse texto tem um impacto muito grande para os cofres públicos. É muito ruim do ponto de vista fiscal e não deveria avançar” (...)

Continua: <https://horadopovo.com.br/austeridade-fiscal-trilionaria-por-paulo-kliass/>

\*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

Escreva para o HP  
horadopovo@horadopovo.com.br

**HORA DO PVO**  
é uma publicação do  
Instituto Nacional de  
Comunicação 24 de agosto  
Rua Mazzini, 177  
Cambuci - CEP: 01528-000  
São Paulo-SP  
E-mail: inc24agosto@gmail.com  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br  
E-mail: comercial@horadopovo.com.br  
E-mail: hp.comercial@uol.com.br  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**SUCCURSALS:**  
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18,  
3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: hprj@oi.com.br  
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP  
70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506  
Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -  
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de  
Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,  
140 Curitiba-tinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande,  
Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis  
e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# Galípolo abre o jogo: só reduz juros se desemprego aumentar

Foto: Reprodução/Youtube/XP



Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central, em evento com banqueiros

## CNI defende produção no Brasil e freio às importações industriais de defesa

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende que o Brasil pode avançar na substituição de importações industriais de defesa pela produção interna, pois o país atingiu a capacidade de produzir armamentos, radares, mísseis e aeronaves militares.

Na avaliação do presidente do Conselho de Desenvolvimento da Indústria de Defesa e da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Mário Aguiar, o Brasil já conta com base interna capaz substituir insumos críticos e produtos acabados de defesa e segurança nas compras do Estado brasileiro.

“Compras públicas de defesa são um instrumento estratégico para estimular a produção nacional, adensar cadeias industriais e impulsionar pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) com efeitos multiplicadores em toda a economia”, defende Aguiar.

De acordo com a CNI, hoje mais de 90% das importações no setor são de uso dual, ou seja, com aplicação tanto militar quanto civil. Sendo assim, essa característica amplia o potencial de desenvolvimento tecnológico e produtivo, que podem atingir setores de telecomunicações, aeroespacial, automotivo, cibernético e energético.

A CNI mostrou que,

atualmente, o Brasil importa, em média, R\$ 70,8 bilhões por ano em produtos de defesa e segurança, com itens que vão desde coletes balísticos e trajes antibombas até mísseis e peças e componentes para aeronaves militares.

O especialista em políticas e indústria da CNI, Danilo Severian, esclarece que o fortalecimento da base industrial de defesa tem efeitos importantes nas cadeias produtivas de alta complexidade.

“É um setor capaz de elevar o patamar tecnológico do país e criar oportunidades tanto para grandes empresas quanto para startups e centros de pesquisa”, comenta. Além disso, há a geração de emprego e renda. “O fortalecimento da base industrial de defesa cria oportunidades de carreira em áreas de ponta e pode contribuir para reduzir a evasão de talentos brasileiros para o exterior”.

Caso o Brasil produzisse 30% do que hoje importa em produtos de defesa, o Observatório Nacional da Indústria projeta uma geração de 123 mil vagas formais em solo brasileiro, sendo: 6.900 em ocupações de inovação; 2.426 em áreas técnico-científicas ligadas à pesquisa e desenvolvimento (P&D); 5.393 para técnicos e tecnólogos; e 1.241 para engenheiros.

## Magda anuncia investimentos e diz que a Margem Equatorial vai surpreender

“Petrobras vai investir US\$ 109 bilhões nos próximos 5 anos, um volume importante para a economia nacional”, declarou a presidente da estatal

O Conselho de Administração Petrobras aprovou, na quinta-feira (27), o plano de investimentos para o período de 2026 a 2030, que prevê investimentos totais de US\$ 109 bilhões.

Em coletiva nesta sexta-feira (28), a presidente da estatal, Magda Chambriard, destacou os 72 anos de criação da Petrobras e afirmou seu compromisso em “zelar pela segurança energética, associada ao zelo pelo planeta que a sociedade nos impõe”.

“A Petrobras vai investir US\$ 109 bilhões nos próximos cinco anos, um volume importante de investimento para a economia nacional, que representam 5% de todo o investimento que acontece em nosso país”, disse Magda.

Sobre o refino, Magda disse que segue avançando com a expansão da Refinaria Abreu e Lima (RNESR) em Pernambuco e com o Complexo Boa Ventura (antigo Comperj) em Itaboraí (RJ), “trazendo mais combustível ao mercado brasileiro e investimento de Norte a Sul do Brasil”.

A presidente da Pe-

“A nacionalização, mesmo parcial”, ressalta a CNI, em nota, “pode reduzir a vulnerabilidade externa em setores sensíveis, estimular a inovação e fortalecer a soberania tecnológica do país”.

O especialista em políticas e indústria da CNI, Danilo Severian, esclarece que o fortalecimento da base industrial de defesa tem efeitos importantes nas cadeias produtivas de alta complexidade.

“É um setor capaz de elevar o patamar tecnológico do país e criar oportunidades tanto para grandes empresas quanto para startups e centros de pesquisa”, comenta. Além disso, há a geração de emprego e renda. “O fortalecimento da base industrial de defesa cria oportunidades de carreira em áreas de ponta e pode contribuir para reduzir a evasão de talentos brasileiros para o exterior”.

Caso o Brasil produzisse 30% do que hoje importa em produtos de defesa, o Observatório Nacional da Indústria projeta uma geração de 123 mil vagas formais em solo brasileiro, sendo: 6.900 em ocupações de inovação; 2.426 em áreas técnico-científicas ligadas à pesquisa e desenvolvimento (P&D); 5.393 para técnicos e tecnólogos; e 1.241 para engenheiros.

A CNI mostrou que,

Presidente do BC vai seguir asfixiando a economia “pelo tempo que for necessário”

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou que não vê nenhum motivo para os juros caírem no Brasil. “Não há qualquer tipo de adição ou modulação em relação a minha última fala [27/11]”, disse Galípolo, em evento promovido pela XP Investimentos, nesta segunda-feira (1º), em São Paulo. Na última semana, ele declarou que o arrocho monetário será mantido pelo “tempo que for necessário”.

Galípolo declarou que a decisão de manter a Selic em 15% “não é reiniciada a cada reunião do Copom, mas segue uma trajetória contínua” e considerou que o mercado de trabalho brasileiro está “aquecido”, o que demanda do BC uma postura “mais conservadora”.

“O Brasil vive um contexto em que variáveis que normalmente caminham juntas passaram a se mover em direções inesperadas, como juros altos acompanhados simultaneamente por queda do desemprego e da inflação”, reclamou, admitindo que a inflação está sob controle, mas o alto índice de emprego, segundo ele, justifica mais arrocho sobre os investimentos e o consumo.

Os dados mais recentes sobre geração de emprego no país já dão sinais de desaceleração. De acordo com o Caged, do Ministério do Trabalho, o emprego formal em outubro desabou 35% em relação a outubro do ano passado. A Confederação Nacional da Indústria, em recente pesquisa de novembro, sinalizou queda no emprego industrial.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou que a taxa de desocupação ficou em 5,4% no trimestre encerrado em outubro, com “estabilidade” na maioria dos setores, como indústria e comércio.

O baixo nível de desemprego, reclamado por Galípolo, vem acompanhado por um contingente expressivo de 38,8 milhões de brasileiros no mercado informal de trabalho. Sem proteção de direitos trabalhistas, Previdência Social, e que na sua maioria estão vivendo dos chamados “bi-

mesmo diante da pressão do setor produtivo, empresários e trabalhadores, economistas, entre outros setores, denunciando o estrago dos juros elevados impostos pelo BC sobre a economia brasileira e exigindo redução da Selic, ao ser questionado sobre a decisão de manter a Selic em 15% por um tempo “bastante prolongado”, Galípolo ironizou dizendo que não sabe se tem “necessidade ou obrigação de criar algum tipo de código na comunicação que vá telegrafar quando o BC vai fazer algo (aumentar, reduzir ou manter os juros)”.

Como se o boletim Focus não fosse exatamente a sinalização do BC ao sistema financeiro: vai continuar beneficiando o rentismo.

Produção da indústria de transformação recua 0,6% em outubro, aponta IBGE

A produção industrial brasileira variou em alta de 0,1% em outubro, em comparação com o mês imediatamente anterior (-0,4%), com a produção pela indústria de transformação recuando -0,6% no mês, após ficar estagnada em setembro (0%), divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na terça-feira (2).

A principal influência positiva foi assinalada pela indústria extrativa que avançou 3,6% em outubro sobre a maior extração de petróleo e gás natural.

Frente a outubro de 2024, o total da indústria voltou a registrar taxa negativa na produção, com o recuo de -0,5%.

No acumulado de janeiro a outubro de 2025, frente a igual período do ano anterior, o setor industrial está em 0,8% em alta, contudo, observou André Macedo, gerente da pesquisa, “prosegue a característica de redução no ritmo de crescimento ao longo do ano, uma vez que o setor industrial havia mostrado expansões de 2% no primeiro trimestre e de 1,3% nos seis primeiros meses de 2025. Vale destacar que esse comportamento também foi observado nas quatro grandes categorias econômicas”.

**JUROS E MAIS JUROS**

Com esses resultados, a produção industrial brasileira está 14,8% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011, devido ao alto nível da taxa básica de juros (Selic) do Banco Central

cos – atividades de trabalhos precários, com longas jornadas e salários miseráveis.

### BOLETIM FOCUS

As declarações de Galípolo ocorreram no mesmo dia em que a autarquia publicou seu boletim Focus, com a consulta de mais de 100 instituições financeiras, na última semana, sobre projeções de inflação, juros, PIB, entre outros. Os bancos e demais rentistas voltaram a realizar cortes na inflação esperada para o fim deste ano, de 4,45% para 4,43%.

Conforme a última prévia da inflação (IPCA-15), de responsabilidade do IBGE, de janeiro a outubro deste ano, o indicador teve alta de 4,5% em nos últimos 12 meses, de 4,5%.

Mesmo com a inflação sob controle e dentro do sistema de metas de inflação – que na prática serve como fomentador de políticas econômicas recessivas – os bancos (pela 23ª semana consecutiva) mantiveram a projeção da Selic em 15% em 2025. O “mercado” projeta que a taxa Selic fique abaixo de 10% somente em 2028.

Com a inflação esperada em queda e a Selic permanecendo em 15%, o juro real (descontada a inflação) é de 10,5%.

Sendo a segunda maior taxa de juros do planeta, perdendo apenas para Turquia (18%).

Mesmo diante da pressão do setor produtivo, empresários e trabalhadores, economistas, entre outros setores, denunciando o estrago dos juros elevados impostos pelo BC sobre a economia brasileira e exigindo redução da Selic, ao ser questionado sobre a decisão de manter a Selic em 15% por um tempo “bastante prolongado”, Galípolo ironizou dizendo que não sabe se tem “necessidade ou obrigação de criar algum tipo de código na comunicação que vá telegrafar quando o BC vai fazer algo (aumentar, reduzir ou manter os juros)”.

Como se o boletim Focus não fosse exatamente a sinalização do BC ao sistema financeiro: vai continuar beneficiando o rentismo.

Produção da indústria de transformação recua 0,6% em outubro, aponta IBGE

A produção industrial brasileira variou em alta de 0,1% em outubro, em comparação com o mês imediatamente anterior (-0,4%), com a produção pela indústria de transformação recuando -0,6% no mês, após ficar estagnada em setembro (0%), divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na terça-feira (2).

A principal influência positiva foi assinalada pela indústria extrativa que avançou 3,6% em outubro sobre a maior extração de petróleo e gás natural.

Frente a outubro de 2024, o total da indústria voltou a registrar taxa negativa na produção, com o recuo de -0,5%.

No acumulado de janeiro a outubro de 2025, frente a igual período do ano anterior, o setor industrial está em 0,8% em alta, contudo,



Na refinaria, Lula denunciou privatizações

## Ampliar a capacidade da Abreu e Lima é garantir a soberania do país, diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou na terça-feira (2), em Ipojuca (PE), da cerimônia de expansão da capacidade operacional da Refinaria Abreu e Lima (RNEST). Foi confirmado um investimento de aproximadamente R\$ 12 bilhões para a nova etapa do empreendimento, que deve gerar mais de 15 mil empregos diretos e indiretos e fortalecer a indústria nacional de petróleo e gás.

"Fazer isso aqui é a demonstração de que esse país é soberano. E esse país tem na Petrobras a sua mais importante empresa", afirmou o presidente, destacando que só dois presidentes brasileiros se dedicaram à Petrobrás, Getúlio Vargas e ele. "Getúlio criou a empresa em 1954 e eu a recuperei em 2023", disse o presidente. "Diziam que o país não precisava de refinarias, que a Abreu e Lima era uma obra desnecessária. Nada mais equivocado", apontou. O presidente reforçou que a estatal deverá usar os seus recursos do uso do petróleo para acelerar a transição energética.

Lula disse que a ampliação da refinaria é um instrumento de soberania, desenvolvimento regional e reconstrução da capacidade industrial brasileira. A retomada da Abreu e Lima integra um plano mais amplo de investimentos da Petrobrás, que soma U\$ 109 bilhões anunciados recentemente pela presidência da companhia. Lula ressaltou que o papel da estatal vai além da produção de petróleo: ela deve ser protagonista da transição energética e do desenvolvimento sustentável, aproveitando o potencial do Brasil em liderar o setor de renováveis.

"A Petrobras, embora seja uma empresa de petróleo, é mais do que isso. Ela é uma empresa de energia. E ela tem que utilizar parte do dinheiro que ganha para fazer a transição energética", explicou o presidente, lembrando que o Brasil já possui uma matriz majoritariamente limpa. Os países ricos se comprometeram a chegar a 50% da matriz energética limpa em 2050. Pois bem, hoje 53% da matriz energética do Brasil já é renovável", acrescentou Lula.

O presidente também criticou a venda de ativos estratégicos, como a BR Distribuidora e refinarias, que, segundo ele, prejudicaram a capacidade do Estado de regular preços e proteger o consumidor. Para o presidente, investimentos públicos não são gastos, mas vetores de desenvolvimento e dignidade — especialmente quando chegam a quem mais precisa. "A BR poderia distribuir o gás para as famílias brasileiras. Ele sai a R\$ 37 da Petrobrás e chega a R\$ 150 para o povo", denunciou.

"Diziam que era bom privatizar. Bom para quem cara pálida?", indagou o presidente. "Muitas vezes a gente é enganado: dizem que 'o Lula está gastando dinheiro'. Eu estou dando gás, comida, emprego e universidade para o pobre. Investimento significa emprego. Emprego significa salário. E salário significa dignidade do povo brasileiro", declarou. No evento, o presidente fez também um discurso firme contra a violência contra as mulheres.

## Relator do PL Antifacção fortalece a PF e gera R\$ 30 bi para combate ao crime

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) seu relatório para o PL Antifacção com a previsão de R\$ 30 bilhões a mais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) por meio da taxação de bets.

O texto, visto positivamente pelo governo Lula, ficou para ser votado na semana que vem na CCJ. Após a leitura do parecer do senador, o presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), atendeu o pedido dos senadores para ter mais tempo para analisar o projeto.

Na avaliação de Vieira, os R\$ 30 bilhões vindos da taxação das bets seriam o "maior investimento em segurança pública feito na história, com a potência necessária para virar o jogo no combate à criminalidade organizada e devolver o Brasil aos brasileiros".

O relator explicou que todo o dinheiro novo que entrará no FNSP por meio da taxação das bets "tem que ser usado especificamente para combater o crime organizado".

Alessandro Vieira alterou o texto que foi apresentado por Guilherme Derrite (PP-SP) na Câmara e que acabava por tirar recursos da Polícia Federal para distribuí-los entre os Estados. O senador considera que o valor redistribuído anteriormente atrapalhava a PF e não era capaz de solucionar o problema nos Estados. "A gente está falando aí de valor muito baixo, alguma coisa em torno de R\$ 30 milhões, R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões, quando a necessidade de investimento é de bilhões".

Os recursos apreendidos em operações conjuntas entre a Polícia Federal e as polícias dos Estados deverão ser destinados de acordo com a Justiça na qual a ação tramita.

## Relator do PL Antifacção fortalece a PF e gera R\$ 30 bi para combate ao crime

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) seu relatório para o PL Antifacção com a previsão de R\$ 30 bilhões a mais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) por meio da taxação de bets.

O texto, visto positivamente pelo governo Lula, ficou para ser votado na semana que vem na CCJ. Após a leitura do parecer do senador, o presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), atendeu o pedido dos senadores para ter mais tempo para analisar o projeto.

Na avaliação de Vieira, os R\$ 30 bilhões vindos da taxação das bets seriam o "maior investimento em segurança pública feito na história, com a potência necessária para virar o jogo no combate à criminalidade organizada e devolver o Brasil aos brasileiros".

O relator explicou que todo o dinheiro novo que entrará no FNSP por meio da taxação das bets "tem que ser usado especificamente para combater o crime organizado".

Alessandro Vieira alterou o texto que foi apresentado por Guilherme Derrite (PP-SP) na Câmara e que acabava por tirar recursos da Polícia Federal para distribuí-los entre os Estados. O senador considera que o valor redistribuído anteriormente atrapalhava a PF e não era capaz de solucionar o problema nos Estados. "A gente está falando aí de valor muito baixo, alguma coisa em torno de R\$ 30 milhões, R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões, quando a necessidade de investimento é de bilhões".

Os recursos apreendidos em operações conjuntas entre a Polícia Federal e as polícias dos Estados deverão ser destinados de acordo com a Justiça na qual a ação tramita.

## Relator do PL Antifacção fortalece a PF e gera R\$ 30 bi para combate ao crime

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) seu relatório para o PL Antifacção com a previsão de R\$ 30 bilhões a mais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) por meio da taxação de bets.

O texto, visto positivamente pelo governo Lula, ficou para ser votado na semana que vem na CCJ. Após a leitura do parecer do senador, o presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), atendeu o pedido dos senadores para ter mais tempo para analisar o projeto.

Na avaliação de Vieira, os R\$ 30 bilhões vindos da taxação das bets seriam o "maior investimento em segurança pública feito na história, com a potência necessária para virar o jogo no combate à criminalidade organizada e devolver o Brasil aos brasileiros".

O relator explicou que todo o dinheiro novo que entrará no FNSP por meio da taxação das bets "tem que ser usado especificamente para combater o crime organizado".

Alessandro Vieira alterou o texto que foi apresentado por Guilherme Derrite (PP-SP) na Câmara e que acabava por tirar recursos da Polícia Federal para distribuí-los entre os Estados. O senador considera que o valor redistribuído anteriormente atrapalhava a PF e não era capaz de solucionar o problema nos Estados. "A gente está falando aí de valor muito baixo, alguma coisa em torno de R\$ 30 milhões, R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões, quando a necessidade de investimento é de bilhões".

Os recursos apreendidos em operações conjuntas entre a Polícia Federal e as polícias dos Estados deverão ser destinados de acordo com a Justiça na qual a ação tramita.

## Relator do PL Antifacção fortalece a PF e gera R\$ 30 bi para combate ao crime

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) seu relatório para o PL Antifacção com a previsão de R\$ 30 bilhões a mais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) por meio da taxação de bets.

O texto, visto positivamente pelo governo Lula, ficou para ser votado na semana que vem na CCJ. Após a leitura do parecer do senador, o presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), atendeu o pedido dos senadores para ter mais tempo para analisar o projeto.

Na avaliação de Vieira, os R\$ 30 bilhões vindos da taxação das bets seriam o "maior investimento em segurança pública feito na história, com a potência necessária para virar o jogo no combate à criminalidade organizada e devolver o Brasil aos brasileiros".

O relator explicou que todo o dinheiro novo que entrará no FNSP por meio da taxação das bets "tem que ser usado especificamente para combater o crime organizado".

Alessandro Vieira alterou o texto que foi apresentado por Guilherme Derrite (PP-SP) na Câmara e que acabava por tirar recursos da Polícia Federal para distribuí-los entre os Estados. O senador considera que o valor redistribuído anteriormente atrapalhava a PF e não era capaz de solucionar o problema nos Estados. "A gente está falando aí de valor muito baixo, alguma coisa em torno de R\$ 30 milhões, R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões, quando a necessidade de investimento é de bilhões".

Os recursos apreendidos em operações conjuntas entre a Polícia Federal e as polícias dos Estados deverão ser destinados de acordo com a Justiça na qual a ação tramita.

## Relator do PL Antifacção fortalece a PF e gera R\$ 30 bi para combate ao crime

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) seu relatório para o PL Antifacção com a previsão de R\$ 30 bilhões a mais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) por meio da taxação de bets.

O texto, visto positivamente pelo governo Lula, ficou para ser votado na semana que vem na CCJ. Após a leitura do parecer do senador, o presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), atendeu o pedido dos senadores para ter mais tempo para analisar o projeto.

Na avaliação de Vieira, os R\$ 30 bilhões vindos da taxação das bets seriam o "maior investimento em segurança pública feito na história, com a potência necessária para virar o jogo no combate à criminalidade organizada e devolver o Brasil aos brasileiros".

O relator explicou que todo o dinheiro novo que entrará no FNSP por meio da taxação das bets "tem que ser usado especificamente para combater o crime organizado".

Alessandro Vieira alterou o texto que foi apresentado por Guilherme Derrite (PP-SP) na Câmara e que acabava por tirar recursos da Polícia Federal para distribuí-los entre os Estados. O senador considera que o valor redistribuído anteriormente atrapalhava a PF e não era capaz de solucionar o problema nos Estados. "A gente está falando aí de valor muito baixo, alguma coisa em torno de R\$ 30 milhões, R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões, quando a necessidade de investimento é de bilhões".

Os recursos apreendidos em operações conjuntas entre a Polícia Federal e as polícias dos Estados deverão ser destinados de acordo com a Justiça na qual a ação tramita.

## Relator do PL Antifacção fortalece a PF e gera R\$ 30 bi para combate ao crime

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) seu relatório para o PL Antifacção com a previsão de R\$ 30 bilhões a mais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) por meio da taxação de bets.

O texto, visto positivamente pelo governo Lula, ficou para ser votado na semana que vem na CCJ. Após a leitura do parecer do senador, o presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), atendeu o pedido dos senadores para ter mais tempo para analisar o projeto.

Na avaliação de Vieira, os R\$ 30 bilhões vindos da taxação das bets seriam o "maior investimento em segurança pública feito na história, com a potência necessária para virar o jogo no combate à criminalidade organizada e devolver o Brasil aos brasileiros".

O relator explicou que todo o dinheiro novo que entrará no FNSP por meio da taxação das bets "tem que ser usado especificamente para combater o crime organizado".

Alessandro Vieira alterou o texto que foi apresentado por Guilherme Derrite (PP-SP) na Câmara e que acabava por tirar recursos da Polícia Federal para distribuí-los entre os Estados. O senador considera que o valor redistribuído anteriormente atrapalhava a PF e não era capaz de solucionar o problema nos Estados. "A gente está falando aí de valor muito baixo, alguma coisa em torno de R\$ 30 milhões, R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões, quando a necessidade de investimento é de bilhões".

Os recursos apreendidos em operações conjuntas entre a Polícia Federal e as polícias dos Estados deverão ser destinados de acordo com a Justiça na qual a ação tramita.

## Relator do PL Antifacção fortalece a PF e gera R\$ 30 bi para combate ao crime

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) seu relatório para o PL Antifacção com a previsão de R\$ 30 bilhões a mais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) por meio da taxação de bets.

O texto, visto positivamente pelo governo Lula, ficou para ser votado na semana que vem na CCJ. Após a leitura do parecer do senador, o presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), atendeu o pedido dos senadores para ter mais tempo para analisar o projeto.

Na avaliação de Vieira, os R\$ 30 bilhões vindos da taxação das bets seriam o "maior investimento em segurança pública feito na história, com a potência necessária para virar o jogo no combate à criminalidade organizada e devolver o Brasil aos brasileiros".

O relator explicou que todo o dinheiro novo que entrará no FNSP por meio da taxação das bets "tem que ser usado especificamente para combater o crime organizado".

Alessandro Vieira alterou o texto que foi apresentado por Guilherme Derrite (PP-SP) na Câmara e que acabava por tirar recursos da Polícia Federal para distribuí-los entre os Estados. O senador considera que o valor redistribuído anteriormente atrapalhava a PF e não era capaz de solucionar o problema nos Estados. "A gente está falando aí de valor muito baixo, alguma coisa em torno de R\$ 30 milhões, R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões, quando a necessidade de investimento é de bilhões".

Os recursos apreendidos em operações conjuntas entre a Polícia Federal e as polícias dos Estados deverão ser destinados de acordo com a Justiça na qual a ação tramita.

## Relator do PL Antifacção fortalece a PF e gera R\$ 30 bi para combate ao crime

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) seu relatório para o PL Antifacção com a previsão de R\$ 30 bilhões a mais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) por meio da taxação de bets.

O texto, visto positivamente pelo governo Lula, ficou para ser votado na semana que vem na CCJ. Após a leitura do parecer do senador, o presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), atendeu o pedido dos senadores para ter mais tempo para analisar o projeto.

Na avaliação de Vieira, os R\$ 30 bilhões vindos da taxação das bets seriam o "maior investimento em segurança pública feito na história, com a potência necessária para virar o jogo no combate à criminalidade organizada e devolver o Brasil aos brasileiros".

O relator explicou que todo o dinheiro novo que entrará no FNSP por meio da taxação das bets "tem que ser usado especificamente para combater o crime organizado".

Alessandro Vieira alterou o texto que foi apresentado por Guilherme Derrite (PP-SP) na Câmara e que acabava por tirar recursos da Polícia Federal para distribuí-los entre os Estados. O senador considera que o valor redistribuído anteriormente atrapalhava a PF e não era capaz de solucionar o problema nos Estados. "A gente está falando aí de valor muito baixo, alguma coisa em torno de R\$ 30 milhões, R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões, quando a necessidade de investimento é de bilhões".

Os recursos apreendidos em operações conjuntas entre a Polícia Federal e as polícias dos Estados deverão ser destinados de acordo com a Justiça na qual a ação tramita.

## Relator do PL Antifacção fortalece a PF e gera R\$ 30 bi para combate ao crime

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) seu relatório para o PL Antifacção com a previsão de R\$ 30 bilhões a mais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) por meio da taxação de bets.

O texto, visto positivamente pelo governo Lula, ficou para ser votado na semana que vem na CCJ. Após a leitura do parecer do senador, o presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), atendeu o pedido dos senadores para ter mais tempo para analisar o projeto.

Na avaliação de Vieira, os R\$ 30 bilhões vindos da taxação das bets seriam o "maior investimento em segurança pública feito na história, com a potência necessária para virar o jogo no combate à criminalidade organizada e devolver o Brasil aos brasileiros".

O relator explicou que todo o dinheiro novo que entrará no FNSP por meio da taxação das bets "tem que ser usado especificamente para combater o crime organizado".

Alessandro Vieira alterou o texto que foi apresentado por Guilherme Derrite (PP-SP) na Câmara e que acabava por tirar recursos da Polícia Federal para distribuí-los entre os Estados. O senador considera que o valor redistribuído anteriormente atrapalhava a PF e não era capaz de solucionar o problema nos Estados. "A gente está falando aí de valor muito baixo, alguma coisa em torno de R\$ 30 milhões, R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões, quando a necessidade de investimento é de bilhões".

Os recursos apreendidos em operações conjuntas entre a Polícia Federal e as polícias dos Estados deverão ser destinados de acordo com a Justiça na qual a ação tramita.

## Relator do PL Antifacção fortalece a PF e gera R\$ 30 bi para combate ao crime

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) seu relatório para o PL Antifacção com a previsão de R\$ 30 bilhões a mais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) por meio da taxação de bets.

O texto, visto positivamente pelo governo Lula, ficou para ser votado na semana que vem na CCJ. Após a leitura do parecer do senador, o presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), atendeu o pedido dos senadores para ter mais tempo para analisar o projeto.

Na avaliação de Vieira, os R\$ 30 bilhões vindos da taxação das bets seriam o "maior investimento em segurança pública feito na história, com a potência necessária para virar o jogo no combate à criminalidade organizada e devolver o Brasil aos brasileiros".

O relator explicou que todo o dinheiro novo que entrará no FNSP por meio da taxação das bets "tem que ser usado especificamente para combater o crime organizado".

# Privatização da Sabesp por Tarcísio transformou a sede em negócio

Engenheiro afirma que política de dividendos desidrata investimentos, acelera falhas operacionais e empurra para a população o custo da rentabilidade dos acionistas

**D**urante décadas, a Sabesp foi considerada um investimento estável, capaz de lucrar mesmo em crise hídrica e ainda manter alto nível de reinvestimento. Agora, com a privatização pelo governo Tarcísio de Freitas, a lógica se altera: dividendos caminham para 100% do lucro distribuído a acionistas e a manutenção preventiva perde espaço.

O resultado já aparece na operação. "O objetivo agora é maximizar lucro no menor prazo possível", diz Amauri Pollachi, especialista em recursos hídricos e conselheiro do ONDAS (Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento). Para ele, o padrão observado é claro. "Estamos institucionalizando a falta de água, e isso ainda vai piorar."

Um ano após a privatização, começam a se tornar visíveis os efeitos do novo modelo: mais falhas no esgoto, episódios recorrentes de despejo não tratado em rios e reservatórios, redução de pressão na rede e atendimento mais lento em reparos. Amauri Pollachi, engenheiro com 30 anos de Sabesp, aponta que a mudança não é pontual, mas estrutural. "A manutenção preventiva está sendo substituída pela corretiva", afirma. Segundo ele, essa lógica traz risco direto ao abastecimento. "Quando só se conserta depois que estoura, o colapso vira questão de tempo."

JOSI SOUSA

**HP: O que mudou para os acionistas com a privatização da Sabesp?**

**Amauri Pollachi:** A Sabesp sempre foi um porto-seguro para investidores. Mesmo na crise hídrica de 2014-2015, quando os reservatórios estavam no limite, a empresa teve lucro — menor, sim, mas ainda na casa dos R\$ 800 milhões. Em valores atualizados entre 2012 e 2023, ela lucrou perto de R\$ 3 bilhões ao ano, em média. Seus dividendos eram elevados, cerca de R\$ 1,8 bilhão anuais, e, ao mesmo tempo, conseguia investir R\$ 5,3 bilhões por ano em expansão e modernização.

Antes, 25% do lucro iam para acionistas e 75% para investimentos. Foi com essa política que chegamos praticamente à universalização de água e esgoto em mais de 375 municípios até 2022. Portanto, não havia, do ponto de vista técnico e financeiro, justificativa para privatizar com o argumento da ineficiência.

**E o que acontece agora?**

Agora a lógica é outra. A política de dividendos caminha para chegar a 100% do lucro distribuído aos acionistas a partir dos balanços de 2025 e 2026. O foco é maximizar ganho no menor prazo possível. Só que saneamento é obra de longo ciclo: estação de tratamento dura 50, 80, às vezes 100 anos. Quando se muda o foco para rentabilidade de imediata, o primeiro corte é em manutenção e pessoal — e aí começam os problemas.

**Quais problemas já são visíveis?**

Vemos um aumento preocupante de falhas no sistema de esgoto. Em 2021, registraram-se 33 incidentes; em 2025, antes mesmo de terminar o ano, já eram 52. Isso não é acaso. É resultado de uma estratégia de manutenção apenas corretiva, e não preventiva. A equipe foi reduzida, setores esvaziados. Conserta-se só quando estoura — muitas vezes quando já virou escândalo.

**Isso explica os recentes despejos de esgoto não-tratado nos rios?**

Sim, em rios e represas, inclusive na Guarapiranga. Sistema de esgoto exige manutenção constante. Quando o objetivo passa a ser lucro, abre-se mão da prevenção. É como dirigir com a luz do painel acessa e fingir que não viu.

**Então, a falta de água tende a virar rotina?**

Sim. A redução de pressão na rede já está sendo sentida. Isso significa que bairros mais altos ou mais distantes dos centros de distribuição começam a sofrer interrupções frequentes. E o que eu



Câmara dos Deputados

"Sabesp está institucionalizando a falta de água", denuncia engenheiro

## "Mata, esfola": Estudantes de escola cívico-militar são obrigados a entoar canto de violência no PR



Alunos do Colégio João Turin, em Curitiba (PR)

chamo de institucionalização da falta d'água: falta um dia, volta no outro; falta à noite, volta de madrugada — e a população vai se acostumando, como se fosse inevitável.

**É inevitável?**

É escolha de gestão.

**E as tarifas?**

Elas virão. E virão pesadas. A empresa não quer adotar políticas de bonificação por economia, como fizemos na crise hídrica passada, porque isso reduz lucro. O aumento deve ser empurrado para depois das eleições. O risco é de uma paulada tarifária para fechar a conta da rentabilidade aos acionistas.

**Hoje, quatro ou cinco grupos atuam no saneamento no Brasil. Caminhamos para uma oligopolização?**

Em 2015, apenas 238 municípios brasileiros tinham o saneamento privatizado. Em 2025, são 1.820. Cinco grupos controlam 85% das concessões: Aegea, Águas do Brasil, BRK, Equatorial e Iguá. Isso é oligopólio. Os editais já saem moldados para que poucos disputem e, muitas vezes, há acordos de mercado: hoje você ganha, amanhã ganho eu.

A Equatorial, que assumiu a Sabesp, tinha experiência mínima em saneamento. Cuidava de 16 municípios no Amapá, baixa densidade populacional. E agora passa a operar um dos maiores sistemas de água urbana da América Latina.

**A reestatização é possível num futuro próximo?**

Hoje é difícil, porque o Congresso está alinhado com o projeto privatista. Mas quando as tarifas disparem, quando faltar água com frequência, quando o esgoto continuar correndo para os rios e o lucro seguir recorde, a pressão social pode tornar a reestatização inevitável.

Vivemos o neoliberalismo tardio. O mundo está fazendo esse caminho (reestatização). Centenas de cidades reestatizaram a água após a experiência fracassada de privatização. Tarifas altas, investimentos insuficientes, falta de transparência, queda na qualidade. O Brasil pode chegar a esse ponto também.

**Que alerta você faria aos defensores da privatização e ao conjunto da sociedade?**

O alerta é simples: se a água vira mercadoria, a sede vira negócio. A Sabesp que universalizou o serviço foi a Sabesp pública, que reinvestiu no próprio sistema. A Sabesp privatizada segue outro rumo. O resultado não é teoria: já está nas torneiras, nos rios e no bolso da população.

Estudantes da rede pública estadual do Paraná foram filmados, nesta sexta-feira (28), enquanto marchavam e entoavam música do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que exalta a violência policial contra comunidades da periferia. No trecho, os estudantes do Colégio Estadual Cívico-Militar João Turin, em Curitiba (PR), entoam trecho que afirma que sua missão é "entrar na favela e deixar corpo no chão".

A cena, conduzida por um policial militar responsável pela "formação" dos estudantes, ocorreu na tarde de sexta-feira 28, durante uma atividade de "civismo e disciplina". O colégio, que atende 758 alunos do Ensino Fundamental e Médio, com idades entre 11 e 18 anos, adotou o modelo cívico-militar em 2021.

Para o Sindicato dos Professores do Paraná (APP-Sindicato) não se trata de uma exceção. "Desde o início deste programa, temos recebido e denunciado ocorrências semelhantes e até piores em escolas cívico-militares", afirma Walkiria Mazeto, presidente da entidade.

"É chocante ver a escola pública usada para promover uma doutrinação ideológica extremista, que prega o ódio, a violência, o massacre e o extermínio de comunidades periféricas. Isso reforça a nossa luta contra a militarização da educação", completou Walkiria à revista Carta Capital.

No vídeo, os estudantes

marcham em volta da quadra enquanto cantavam: "Homem de preto, o que é que você faz? / Eu faço coisas que assusta o satanás. / Homem de preto, qual é sua missão? / Entrar na favela e deixar corpo no chão. / O Bope tem guerreiros que matam foguetes. / Com a faca entre os dentes, esfola eles inteiros. / Mata, esfola, usando sempre o seu fuzil".

Em suas redes sociais, o deputado estadual do Paraná, Renato Freitas (PT), destacou que os defensores da conversão das escolas em cívico-militares diziam que era para evitar a "doutrinação" — que nunca existiu — mas na verdade o que se vê é a doutrinação ocorrendo efetivamente.

"A narrativa começou com a caça aos 'professores doutrinadores' e a farsa da 'Escola sem Partido'", disse o parlamentar. "Depois, revelou-se o verdadeiro projeto: esvaziar a educação de seu senso crítico, removendo filosofia, sociologia e artes, para preenchê-la com a disciplina cega e a hierarquia inquestionável do militarismo", completou.

"Não foi à toa que esse laboratório do conservadorismo teve início no Paraná, transformando escolas em quartéis e alunos em soldados. Agora, esse modelo se espalha para São Paulo e outros estados, como um projeto de poder que avança sobre o futuro da nossa juventude", continuou Renato.

O caso da escola João Turin é emblemático para o cenário da educação paranaense, pois o governo Ratinho Júnior (PSD) busca expandir o modelo cívico-militar. No mês passado, a Assembleia Legislativa aprovou um projeto do Executivo que amplia o formato para escolas de ensino integral.

O programa prevê a contratação de policiais militares aposentados para atuar e interagir com os estudantes nas escolas. "Os militares são chamados de monitores militares, mas em muitas escolas são conhecidos como diretores militares, em sobreposição à autoridade dos profissionais da educação", diz a APP-Sindicato em comunicado.

## Sob Tarcísio e Derrite, assassinatos de mulheres atingem triste recorde em SP



Tarcísio e o seu ex-secretário Guilherme Derrite

contra 191 no mesmo período do ano passado — um aumento de 8%. O crescimento acompanha uma tendência nacional, mas São Paulo volta a liderar estatísticas que deveriam envergonhar qualquer governo comprometido com políticas públicas consistentes.

Para a coordenadora do Laboratório de Estudos de Feminicídios (Lesfem), Silvana Mariano, o aumento é multifatorial:

"Uma hipótese que tínhamos com a nova lei, tendo o feminicídio como crime autônomo, era de passarmos também um período em que isso iria contribuir para o crescimento dos números", disse.

Ela aponta que a tipificação do crime ajuda na precisão estatística, mas não

esconde a escalada da violência. "Por um lado, cresce mesmo a violência contra a mulher. E, por outro, as autoridades estão ficando mais preparadas para olhar para a morte violenta e intencional de mulheres com essa perspectiva de gênero que leva à classificação como feminicídio", destacou.

Silvana também lembra que o combate ao feminicídio extrapola a segurança pública:

"Políticas de educação, saúde, assistência social, renda, trabalho e habitação precisam estar integradas nesse processo de prevenir a violência contra a mulher e estancar essa violência para que não chegue ao feminicídio". Nada disso aparece como prioridade na atual gestão estadual.



Empresa é uma das principais fornecedoras de insumos bélicos

**Trabalhadores da Avibras defendem aporte federal para recuperar empresa**

**Sindicato compara situação da maior indústria bélica do país com os investimentos realizados na Embraer**

O Sindicato dos Trabalhadores da Avibras e representantes da empresa reuniram-se, na última semana, com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, em Brasília. A entidade sindical voltou a cobrar do governo federal uma solução urgente para reativar a fábrica e socorrer os funcionários, que estão há 32 meses sem receber salários.

O presidente do Sindicato, Weller Gonçalves, destacou a insatisfação dos trabalhadores com a demora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em apresentar uma saída para a retomada das atividades da Avibras, considerada a principal indústria bélica do país.

A empresa está paralisada há mais de três anos e corre o risco de encerrar definitivamente suas operações caso não haja liberação de recursos por parte do governo federal.

Durante a reunião, que foi realizada na última quarta (26), os representantes da Avibras, Raul Ortíz e Sami Hassuani, criticaram a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) por ter recuado na promessa de conceder um aporte financeiro para a recuperação da companhia. Em encontro anterior, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, havia afirmado que buscaria alternativas de financiamento, mas, segundo a empresa, ainda não houve retorno.

Enquanto deputado, Guilherme Boulos foi autor do Projeto de Lei 2.957/2024, que propõe a estatização da Avibras.

Para a empresa e para parte do sindicato, essa seria uma das saídas para impedir o colapso da fábrica, preservar empregos e manter a capacidade industrial estratégica. O ministro comprometeu-se a encaminhar a situação ao presidente Lula e ao vice-presidente Geraldo Alckmin, a fim de acelerar as discussões internas ainda nesta semana.

A Avibras solicita R\$ 300 milhões para retomar suas operações. Esse valor, segundo a direção, seria suficiente para reativar linhas de produção, pagar dívidas trabalhistas e garantir o início de projetos pendentes.

Ainda, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei complementar que autoriza a União a excluir até R\$ 3 bilhões do limite de despesas do Executivo em 2025, desde que os valores sejam direcionados a projetos estratégicos de defesa.

Parte desse montante poderia ser destinada à recuperação da Avibras, conforme estimativas internas que apontam a necessidade de pelo menos R\$ 300 milhões para a retomada das operações.

A empresa afirma que cumpriu uma das exigências do governo Lula para receber novos investimentos: a mudança no controle societário. O antigo proprietário, João Brasil Carvalho Leite, deixou o comando da companhia, porém, até o momento, os recursos continuam bloqueados.

### INVESTIMENTOS

Enquanto a Avibras aguarda sinalização, outras empresas estratégicas vêm recebendo investimentos. Também na última semana, o BNDES liberou R\$ 1 bilhão para a Embraer, financiando linhas de produção e vendas internacionais.

O sindicato da Avibras destacou que "não falta dinheiro público para a Embraer", aumentando a pressão para que o governo dê a mesma atenção a empresas em situação crítica, segundo declaração da entidade durante a reunião.

Desde 2022, o Sindicato dos Trabalhadores da Avibras tem cobrado medidas urgentes para evitar o fechamento da empresa. Houve greves, pedidos de audiência, manifestações públicas e articulações com parlamentares. Para Weller Gonçalves, o governo precisa apresentar uma resposta definitiva, mesmo que seja negativa, para que os trabalhadores possam saber o que esperar daqui para frente.

## Projeto da reforma administrativa enfraquece Estado, diz Fonacate

Publicamos, a seguir artigo de Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate)

### Reforma Administrativa em Marcha à Ré

RUDINEI MARQUES\*

A Reforma Administrativa, Proposta de Emenda à Constituição – PEC 38/2025, somada a um projeto de lei complementar e outro de lei ordinária, tem sido apresentada como capaz de modernizar o Estado brasileiro e combater privilégios. Entretanto, trata-se de um texto de forte viés fiscalista, sem quaisquer indicações de melhorias efetivas nos serviços públicos.

Pelo contrário, a proposta reduz as capacidades estatais, compromete o pacto federativo, fragiliza a independência dos Poderes, flexibiliza garantias constitucionais indispensáveis e abre espaço para relações precárias de trabalho, como mostramos a seguir, associando os pontos mais graves do texto aos seus efeitos projetados:

#### 1. Violão de cláusulas pétreas: ameaça à independência entre Poderes e ao pacto federativo

Um dos aspectos mais graves da PEC 38/2025 é a ingerência do Poder Executivo federal nas carreiras e estruturas administrativas dos demais Poderes, bem como dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Ao estabelecer competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de organização administrativa e de gestão de pessoas, com caráter vinculante para todos os entes federados e Poderes, a proposta fere o princípio da separação dos Poderes e compromete a forma federativa do Estado, ambos protegidos como cláusulas pétreas da Constituição.

Efeitos projetados:

- Centralização excessiva de poder político e administrativo no Executivo federal.
- Redução da autonomia dos Estados, DF e Municípios, dos Poderes Legislativo e Judiciário, e dos órgãos constitucionalmente independentes.
- Uniformização forçada de carreiras, sem considerar realidades regionais, orçamentárias e funcionais.

#### 2. Engessamento constitucional dos investimentos em políticas públicas

A PEC 38/2025 introduz dispositivos que limitam a expansão de quadros, investimentos e políticas estruturantes. Trata-se de um desenho voltado exclusivamente ao ajuste fiscal permanente, impondo restrições constitucionais que reduzem as capacidades estatais.

Efeitos projetados:

- Redução progressiva da oferta de serviços essenciais, como saúde, educação e segurança pública.
- Ciclo de subfinanciamento estrutural, inviabilizando respostas às demandas sociais crescentes.
- Inviabilidade para expansão de programas sociais e de atendimento direto ao cidadão.

#### 3. Burla ao instituto do concurso público e precarização do vínculo estatal

Outro ponto muito preocupante é a autorização explícita de contratação temporária para funções típicas de cargos efetivos, inclusive em áreas estratégicas e exclusivas de Estado.

Efeitos projetados:

- Erosão do concurso público como mecanismo impessoal e meritocrático de ingresso.
- Lotação de indivíduos sem vínculo permanente em áreas sensíveis, com acesso a informações estratégicas e prerrogativas exclusivas de carreiras de Estado.
- Pressão adicional sobre o Regime Próprio de Previdência e sobre o Regime de Previdência Complementar.
- Expansão do trabalho precário, terceirização disfarçada e rebaixamento salarial generalizado.
- Substituição de carreiras profissionais por mão de obra volátil, comprometendo a continuidade administrativa – um dos pilares do serviço público.

#### 4. Banalização da Constituição Federal: risco de transformar a Carta Magna em manual gerencial

Com mais de 40 páginas de texto, a PEC 38/2025 promove verdadeira hipertrofia constitucional. Ao inserir normas operacionais e elementos de gestão no texto constitucional, a proposta converte a Constituição em um manual administrativo.

Efeitos projetados:

- Esvaziamento do caráter republicano e principiológico da Constituição Federal.
- Engessamento da gestão, já que detalhes operacionais se tornam rígidos e difíceis de modificar.
- Pressão permanente por novas mudanças constitucionais a cada imperativo gerencial.

*Leia a íntegra em horadopovo.com.br*

# Trabalhadores defendem direitos e fortalecimento do Correio público

Foto: Fintect-SP



Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



## Supremo decide contra aposentados e derruba direito à revisão da vida toda

Por 8 votos a 3, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu contra aposentados e pensionistas e cancelou a tese que reconhecia o direito à revisão da vida toda do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O mecanismo que abre a possibilidade de aplicação de uma regra mais vantajosa para segurados no cálculo de suas aposentadorias foi derrubado em julgamento virtual encerrado na terça-feira (25), que consolidou o entendimento da Corte no mesmo sentido, em março de 2024 e em outros julgamentos recentes.

O julgamento ocorreu

após recurso do INSS contrário a um caso em que o direito havia sido reconhecido em 2022.

Votaram contra aposentados e pensionistas os ministros Alexandre de Moraes, relator do caso, Cristiano Zanin, Gilmar Mendes, Luis Roberto Barroso (aposentado); Cármem Lúcia; Nunes Marques; Luiz Fux e Dias Toffoli.

Só não acompanharam o relator os ministros André Mendonça; Edson Fachin e Rosa Weber (aposentada).

O Supremo também estabeleceu que aposentados que obtiveram a 'revisão da vida toda'

em outras instâncias da Justiça não precisam devolver os valores que receberam a mais por conta das decisões favoráveis concedidas até o ano passado.

Com o mecanismo da 'revisão da vida toda', o cálculo da aposentadoria poderia ser feito aplicando-se, a depender da situação de cada aposentado, ou a regra de transição ou o regime implantado após a criação, em 1999, do fator previdenciário (uma fórmula matemática para definir o valor das aposentadorias), com a possibilidade de acréscimo no valor de benefícios.

CHARGE DO ÉTON



Entidade aprovou campanha pela valorização dos trabalhadores e repúdio à privatização

Os trabalhadores dos Correios de São Paulo e de todo o Brasil iniciaram uma série de mobilizações a partir do último dia 2, para fazer frente à crise que atravessa a estatal, fortalecer a defesa dos Correios como empresa pública e garantir os direitos dos trabalhadores, uma campanha salarial justa com valorização da categoria.

Na terça-feira (2), os trabalhadores lotaram a sede da Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos e Similares de São Paulo (SINTECT-SP), e aprovaram uma grande mobilização para a caravana nacional e ato unificado na capital federal no dia 10/12, e estado de greve em defesa dos direitos, contra as anunciadas demissões e valorização salarial.

O sindicato "segue na linha de frente da mobilização nacional, atuando de forma estratégica para fortalecer a categoria em todo o país", afirmou o presidente do SINTECT-SP, Elias Diviza.

"É fundamental que todos os trabalhadores estejam mobilizados e conscientes da importância dessas ações. A unidade da categoria é a nossa maior força na defesa de nossos direitos", afirmou Diviza.

Segundo o secretário geral do sindicato, Ricardo Adriane de Sousa (conhecido como Peixe), que falou ao HP, "os Correios estão sucateados" e os trabalhadores vão a Brasília "fazer uma

## Dino defende competência da Justiça do Trabalho para casos de pejotização

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, defendeu, na sexta-feira (28), a competência da Justiça do Trabalho para julgar casos que envolvem trabalhos flexíveis, como a pejotização, e não a Justiça comum, como defendem alguns magistrados.

No IV Congresso Nacional e II Internacional da Magistratura do Trabalho, em Foz do Iguaçu (PR), Flávio Dino afirmou que a transferência de todos os processos sobre novas formas de trabalho para a Justiça do Trabalho dentro da Justiça estadual" em todos os tribunais.

"Então você vai transformar as varas cíveis em varas trabalhistas, ter duas Justiças do Trabalho, a da União e a dos estados. Alguém já mediou o impacto fiscal disso? A taxa de congestionamento da Justiça estadual vai explodir. A gente precisa ter cuidado com aquilo que deseja", criticou.

No evento, promovido pela Academia Brasileira de Formação e Pesquisa (ABFP), em parceria com a Associação Brasileira dos Magistrados do Trabalho (ABMT), Flávio Dino disse ainda que uma das questões centrais do Tema 1.389 – no qual o STF discute os limites da pejotização e a competência da Justiça do Trabalho para julgar –, é a distinção entre contratos civis legítimos e fraudes.

"Eu já julguei casos assim: 'Este cidadão é um vendedor de sapato. Ele vende sapato, ele trabalha numa loja de modo subordinado, ele tem horário, portanto ele tem todas as características de um vendedor de sapato. Mas ele é um

empresário, ele é uma pessoa jurídica'", exemplificou o ministro.

Segundo o ministro, o grande impasse é que o regime CLT é desafiado por formas intermitentes e temporárias de trabalho. De acordo com ele, o desafio atual é evitar que essas novas formas resultem em trabalho desumano ou precário, sem direito algum.

O ministro reconhece o direito de trabalhadores que atuam em plataformas de transporte ou entrega, de legitimamente, não quererem ter carteira assinada, pois veem a atividade como um "bico" ou complemento de renda, mas, segundo ele, o Estado "deve proteger essa vontade". Ela "está em consonância com os princípios constitucionais da liberdade econômica e da livre iniciativa", mas, mesmo quando a opção autônoma é legítima, "ela não deve ser destituída de direitos básicos", afirmou.

Ele cita, as duas correntes que, hoje, se batem no STF sobre o tema, que deve ser julgado no início de 2026:

"Nós temos dois pacotes, um mais soft e um mais hard. No pacote mais soft, o Supremo diz assim: 'Tem autonomia, liberdade econômica e livre iniciativa. Mas o beneficiário da atividade tem o dever de garantir seguro contra acidente' e Previdência. Esse é o pacote mais soft."

Outra ala, segundo ele, é mais garantista. "Tem outro pacote que diz que, além do seguro e da Previdência, tem de ter repouso semanal remunerado, pelo menos, até porque esse é um preceito bíblico. Repouso semanal remunerado é anterior a Jesus Cristo", explica o ministro.



Papa foi recebido por multidão no Líbano

**"Apoiamos publicamente o estabelecimento do Estado da Palestina", afirma o Papa**

O Papa defendeu o estabelecimento do Estado da Palestina a bordo do avião do Vaticano a caminho do Líbano. A defesa da Palestina foi afirmada pelo Papa ao mesmo tempo em que condenou o não reconhecimento do Estado para o povo palestino por parte de Israel: "A Santa Sé tem apoiado publicamente a proposta de uma Solução de Dois Estados há vários anos".

"Porém, todos sabemos que Israel ainda não aceita. Mas nós consideramos essa a única solução capaz de resolver o conflito atual", declarou ele em breve reunião com a imprensa, a bordo do avião papal em voo entre a Turquia e o Líbano.

O pontífice relatou que tratou da questão durante seu encontro em Ancara com o presidente turco, "que aprova totalmente esta proposta".

A Turquia desempenha um papel importante neste processo", ressaltou.

A Santa Sé reconhece o Estado da Palestina desde 2015 e apoia a Solução de Dois Estados.

Desde a sua eleição em maio, Leão XIV expressou a sua solidariedade com a "terra martirizada" de Gaza e denunciou o deslocamento forçado de palestinos.

O Papa declarou no domingo que o Vaticano mantém laços de "amizade" com Israel e se ofereceu como mediador entre os dois lados.

O Papa aterrissou no Aeroporto Internacional Rafic Hariri, em Beirute, onde foi recebido com honras militares na presença de numerosas autoridades religiosas e políticas libanesas.

#### PALESTINOS

Mais tarde, um grupo de dançarinos tradicionais o recepcionou na entrada do palácio presidencial. Muitos jovens ligados a organizações palestinas aguardavam para dar as boas-vindas ao Papa ao longo da rodovia nos subúrbios do sul de Beirute, onde cartazes do líder assassinado Hassan Nasrallah apareciam ao lado de outdoors que saudavam o pontífice e a paz na região.

O papa se reuniu com o primeiro-ministro Nawaf Salam e o presidente do Parlamento, Nabih Berri.

Nesta segunda-feira (01), Leão XIV visitou o mosteiro de Annaya, nas montanhas ao norte de Beirute, que abriga o túmulo do santo maronita mais famoso do país, São Charbel, canonizado em 1977 e reconhecido por unir cristãos, muçulmanos e drusos. Milhares de fiéis o receberam com aplausos, enquanto o papamóvel seguia o caminho até o mosteiro.

"Para o mundo, pedimos paz. Imploramos especialmente para o Líbano e para todo o Oriente Médio", disse o Pontífice dentro do mosteiro de pedra, iluminado por velas.

Após a visita a Annaya, o Papa seguiu para o santuário de Harissa, também no norte de Beirute, que abriga uma gigantesca estátua de Nossa Senhora do Líbano. As autoridades decretaram feriado nos dias 1 e 2 de dezembro.

#### UNIDADE ENTRE IRMÃOS

Antes de chegar a Beirute, o Papa fez uma visita de três dias à Turquia, durante a qual peregrinou aos locais onde se realizou o primeiro concílio ecumênico da história da Igreja e participou de uma solene Divina Liturgia na Catedral Patriarcal de São Jorge, em Istambul, onde exortou todos os cristãos a se comprometerem com a unidade e a se considerarem sempre como irmãos e irmãs.

Durante a liturgia, o Papa também recordou o gesto histórico que iniciou um caminho de paz, diálogo e unidade entre as Igrejas Católica e Ortodoxa: há 60 anos, Paulo VI e o Patriarca Atenágoras decidiram "apagar da memória da Igreja as excomunhões mútuas de 1054", que haviam dividido as duas comunidades, assinalou.

#### TRÊS DESAFIOS

Em seu último discurso antes de deixar a Turquia, Leão XIV listou os três desafios comuns que as igrejas enfrentam atualmente. Diante do cenário de conflitos que hoje ocorrem no mundo, o primeiro desafio é a construção da paz: segundo o Papa, católicos e cristãos ortodoxos são chamados a serem construtores da paz, a trabalhar por ela.

O segundo desafio comum identificado por Leão XIV é a crise ecológica, que exige "uma conversão espiritual, pessoal e comunitária para mudar o rumo e salvaguardar a criação".

Por fim, o terceiro desafio listado pelo Papa é o "uso responsável" das novas tecnologias. "Católicos e cristãos ortodoxos devem trabalhar juntos para promover o seu uso responsável, a serviço do desenvolvimento integral das pessoas e da acessibilidade universal, para que tais benefícios não sejam reservados a um pequeno número de pessoas e aos interesses de poucos privilegiados", concluiu.



# EUA quer assaltar o petróleo da Venezuela, alerta Maduro à OPEP



"Ação militar é para se apoderar das maiores reservas do mundo", alerta Maduro

## Policia de Israel invade teatro para impedir a apresentação de crianças palestinas

Em matéria publicada pelo jornal Haaretz, a artista palestina Hanin Majadli, intitulada "Trauma sob Oliveira", conta a invasão policial israelense, minutos antes do início da apresentação infantil da peça musical "Sonhos Sob a Oliveira".

A invasão foi determinada pelo ministro de Segurança de Israel, o fascista Ben-Gvir. "Eu vi as imagens da violenta e francamente fascista invasão policial ao Teatro El-Hakawati", diz Majadli.

Nas imagens vemos "crianças lindas e animadas, vestidas com fantasias, prendendo a respiração enquanto se preparam para subir ao palco".

"De repente", denuncia, "a gangue de capangas de Itamar Ben-Gvir invadiu o local gritando, como se tivessem descoberto o esconderijo de uma 'celula terrorista'".

A artista diz que "em seu mundo distorcido, as crianças são 'pequenos terroristas', então a crueldade da polícia é apropriada à situação, como uma luva, natural e justificada. Estão ouvindo o que eu estou dizendo? Cinco minutos – todos fora daqui!", gritam eles, e com isso, o mundo vira de cabeça para baixo".

"Perseguiam crianças de 5, 7 e 10 anos com fantasias de uma peça que jamais será encenada. Foi engolida pelo drama muito mais sombrio do fascismo israelense", enfatiza.

#### PROJETAM O NAZISMO

"Não posso deixar de relacionar o incidente das crianças assustadas no teatro em Jerusalém a um vídeo divulgado há alguns dias, no qual

Crianças são retiradas do Teatro Al Hakawati

a jornalista.

Yotam Zimri e Gadi Taub conversam com seriedade deplorável sobre como nem mesmo a 'desnazificação' ajudará a resolver a situação com os palestinos. É assim que eles nos veem".

"Essa é a profundidade com que essa desumanização se infiltrou. Os dois acreditam que estão revelando algo sobre os palestinos, sua 'nazificação', mas, na realidade, estão revelando sua própria fantasia sombria de 'reeducar' um povo inteiro", diz Majadli.

"Os israelenses sempre alegaram – contra os palestinos – que as escolas palestinas

"ensinam o ódio" a Israel e aos israelenses. Mas as verdadeiras lições vêm da escola da vida: policiais que gritam com seus pais, soldados que atiram em seus irmãos, Estado que envia agentes para destruir um pequeno sonho justamente quando ele está prestes a se realizar em um palco na Jerusalém Oriental".

#### PROJETAM O NAZISMO

"Não posso deixar de relacionar o incidente das crianças assustadas no teatro em Jerusalém a um vídeo divulgado há alguns dias, no qual

## Manifestantes em Paris denunciam que Israel segue assassinando palestinos após cessar-fogo em Gaza

Dezenas de milhares de pessoas se manifestaram em Paris, marchando desde a Praça da República até a Praça da Nação, entoando cânticos como "De Paris a Gaza, resistência!" e "Gaza, Gaza, Paris está com vocês!", agitando bandeiras palestinas e cartazes com os dizeres "Palestina, não nos calaremos" e "Gaza, o silêncio mata. Parem o genocídio".

Diversas personalidades políticas, incluindo Jean-Luc Mélenchon, líder do partido

França Insubmissa, estavam entre os manifestantes.

Sete semanas após a entrada em vigor do cessar-fogo em 10 de outubro, "é preciso lembrar que nada está resolvido", disse à AFP Anne Tuailon, presidente da Associação França-Palestina Solidariedade (AFPS), uma das 80 ONGs, (Anistia Internacional, Cimade, Attac, etc.), partidos políticos (França Insubmissa, Ecologistas, PCF, etc.) e sindicatos (CGT, Solidaires, FSU, etc.) que convocaram as manifestações.

#### VIOLA CESSAR-FOGO

"O cessar-fogo é uma cortina de fumaça (...). Israel o viola diariamente, continua impedindo a entrada de ajuda humanitária em Gaza e continua destruindo infraestrutura e casas na Faixa de Gaza. Exigimos um cessar-fogo definitivo e o fim do genocídio", acrescentou.

Nos termos do cessar-fogo mediado pelos Estados Unidos, o exército israelense recuou para o interior da Faixa de Gaza, além de uma "linha amarela" que ainda lhe

garante o controle de mais de 50% do território. Mas a trégua nesta guerra assinada no começo de outubro no Egito permanece sendo violada pelo governo genocida de Benjamin Netanyahu diariamente.

O número de pessoas que morreram na Faixa de Gaza nos ataques que começaram em outubro de 2023 subiu para 70.100 informou o Ministério da Saúde palestino neste sábado (29).

Indicou ainda que, desde o cessar-fogo, que teria ter entrado em vigor em 10 de outubro último, 354 palestinos foram mortos por disparos israelenses.

#### CISJORDÂNIA

"As sanções são necessárias; é a única maneira de forçar Israel a cumprir o direito internacional", afirma Anne Tuailon, denunciando a "aceleração inacreditável da atividade de assentamentos" na Cisjordânia, como a violência dos colonos que "atingiu níveis sem precedentes".

Bertrand, técnico de informática de 42 anos, também acredita que "o massacre e o

"O mundo conhece muito bem as consequências prejudiciais de intervenções militares dos EUA e seus aliados", condenou Nicolás Maduro

“ Os Estados Unidos pretendem se apoderar das vastas reservas de petróleo do nosso país, as maiores do planeta, através do uso da força militar letal, o que afetaria seriamente o equilíbrio do mercado global de energia", afirmou a carta enviada pelo presidente Nicolás Maduro, ao secretário-geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), Haitham al Ghani.

No documento apresentado pelo vice-presidente venezuelano Delcy Rodríguez aos mais de 20 países membros da OPEP [além da Venezuela, é integrada pelos Emirados Árabes Unidos; Arábia Saudita; Nigéria; Líbia; Kuwait; Iraque; Irã; Gabão; Guiné Equatorial; Congo e Argélia], o governo sul-americano acusou Donald Trump pelo crime de executar, "desde agosto, uma campanha de assédio e ameaça contra a Venezuela", colocando "em claro perigo a paz, a segurança e a estabilidade regional e internacional".

#### INTERVENÇÕES DOS EUA

"O mundo conhece muito bem as consequências prejudiciais geradas em outros países petrolíferos a partir de intervenções militares dos Estados Unidos da América e seus aliados", alertou a Venezuela, sublinhando seu compromisso de defender a todo custo seus recursos naturais a fim de manter sua integridade e soberania e garantir a posse nacional de suas riquezas.

De forma enfática, Maduro assegurou que esta "ação militar é uma flagrante violação da Carta das Nações Unidas", que seu povo "permanecerá firme" na proteção de seus recursos naturais e que jamais "cederá a nenhum tipo de chantagem ou ameaça". Daí, refor-

Indiciado por fraude e suborno genocida Netanyahu quer indulto

News integrante da companhia Bezeq, de propriedade de Shaul Elovitch, em troca de suborno. Neste caso a acusação considera Netanyahu culpado de receptação de suborno, fraude e quebra de confiança.

Além desses o governo de Netanyahu é ainda investigado, no Caso 3.000, que trata da aquisição – com apoio em suborno – de submarinos Dolfin, de fabricação alemã, para a marinha de Israel.

Organizações israelenses também condenam o pedido de Netanyahu, entre elas a diretora do Instituto pela Democracia Israelense, Suzie Navot, professora de Direito Constitucional que atender a ele, seria para os procedimentos criminalísticos por suborno. O que Netanyahu quer é ficar acima da lei".

Os que apoiam o pedido de Netanyahu são os fascistas que compõem seu governo, entre eles Smotrich e Gvir e ainda Trump, que apoiou os crimes do premiê em Gaza com dezenas de bilhões de dólares em armas, principalmente bombas de uma tonelada de explosivos cada uma, com as quais as tropas de extermínio de Israel destruíram mais de 80% dos prédios em Gaza, incluindo, residências, escolas e hospitais.

Também indicado por crimes de guerra (da gravidade de genocídio e crimes contra a Humanidade) pelo Tribunal International de Haia, Netanyahu foi ao ar, na mais cínica de suas falas para dizer que passar uma borracha sobre seus crimes seria "do interesse nacional" e que ajudaria a acabar com a divisão que prejudica os israelenses e põe Israel em risco", como se não fossem seus crimes e uma crescente oposição a eles a causa da divisão que vive a sociedade de Israel, atingida pelos crimes da ocupação e do apartheid, motivados e alimentados por seu racismo colonialista.

Promotoria de Israel em 3 casos:

1 - Caso 1.000 - Em troca de presentes de luxo, Netanyahu apoiou legislação que isentava negócios do magnata judeu Arnon Milchan de impostos em negócios realizados em Israel. A acusação neste caso é de "Fraude e Quebra de Confiança".

2 - Caso 2.000 - Netanyahu avançaria legislação em favor do editor do jornal Yedioth Achronot, Arnon Mozes, em troca de negócios do magnata judeu Arnon Milchan de impostos em negócios realizados em Israel. A acusação neste caso é de "Fraude e Quebra de Confiança".

3 - Caso 4.000 - Enquanto ministro das Comunicações, Netanyahu tomou medidas que favoreciam o site Walla

Israel comete violações diárias, alertam os franceses

genocídio continuam", como evidenciado, segundo ele,

pelos vídeos de dois homens mortos na quinta-feira durante uma operação conjunta da polícia e do exército israelenses em Jenin. A ONU pediu

uma investigação após essa "aparente execução sumária", informou a TV5 Monde.

Na ausência de sanções econômicas e financeiras, "devemos continuar a exercer pressão nas ruas", acredita Bertrand.

#### MAIS MOBILIZAÇÃO

No sudoeste da França, milhares de pessoas também se mobilizaram em apoio à causa palestina. Na região da Dordonha, centenas de pessoas se reuniram em frente ao tribunal de Périgueux. No departamento da Gironda, manifestantes participaram de uma marcha, em sintonia com a manifestação nacional realizada em Paris. Em Bordéus, teve lugar a 110ª manifestação organizada pelo Comitê de Ação Palestina que começou na Praça da Vitória, antes de seguir pela avenida Cours Victor-Hugo.

Indicou ainda que, desde o cessar-fogo, que teria ter entrado em vigor em 10 de outubro último, 354 palestinos foram mortos por disparos israelenses.

#### CISJORDÂNIA

"As sanções são necessárias; é a única maneira de forçar Israel a cumprir o direito internacional", afirma Anne Tuailon, denunciando a "aceleração inacreditável da atividade de assentamentos" na Cisjordânia, como a violência dos colonos que "atingiu níveis sem precedentes".

Bertrand, técnico de informática de 42 anos, também acredita que "o massacre e o



Faixa aberta por grevistas defende previdência e salários (Cruciatti/AFP)

## Italianos fazem greve geral contra cortes no orçamento e pela reposição salarial

A Itália foi paralisada, na sexta-feira (28), por uma greve geral em todos os setores públicos e privados numa jornada de protesto contra o orçamento do Estado para o próximo ano, exigindo direitos trabalhistas e condenando o aumento dos gastos militares em detrimento dos programas sociais.

Batizada como «sexta-feira negra» por coincidir com a 'black friday' comercial, a greve afetou os transportes (aéreos, ferroviários, metrôs e ônibus), escolas, serviços de saúde, com grande adesão, em forte manifestação contra o projeto de orçamento para 2026 do governo ultraconservador liderado pela primeira-ministra de ultra-direita, Giorgia Meloni.

Os jornalistas, parando pela primeira vez em 20 anos, exigiram a renovação da convenção coletiva de trabalho, que não é atualizada desde 2016 — estando os salários 'congelados' desde então —, e também defenderam a importância da informação na vida democrática, num protesto convocado pela Federação Nacional da Imprensa Italiana (FNSI) com uma magnitude que há décadas não se via na Itália, como confirmou, esta sexta-feira, a Federação.

A paralisação deixou praticamente vazias as redações, pelo que no sábado muitos jornais nem chegaram às bancas na sua edição em papel, os sítios de Internet dos principais jornais diários não foram atualizados, e as agências de notícias Ansa e AGI fecharam mesmo por 24 horas o fio noticioso, enquanto vários canais televisivos, como o canal de informação Rai News 24, anunciam "programação reduzida" para todo o dia.

Nas principais estações ferroviárias, em Milão, Roma e Nápoles, os painéis de chegadas e partidas exibiam longas listas de cancelamentos e atrasos. A paralisação envolveu trabalhadores da Trenitalia, Trenord e Italo, e os serviços foram normalizados só à noite. Funcionários do setor aéreo também aderiram, provocando o cancelamento e atrasos de voos regionais.

Os trabalhadores exigem aumentos salariais para compensar o crescente custo de vida, um reajuste das pensões com base na inflação atual, além de redução da jornada de trabalho, a implementação de um salário mínimo legalmente obrigatório e a estabilização dos contratos de trabalho temporário.

*Leia mais em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)*

## Putin reitera à União Europeia que o roubo de ativos russos será retaliado

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, reiterou à União Europeia que é "roubo de propriedade alheia" o confisco de ativos soberanos russos em bancos europeus congelados ilegalmente desde 2022 e advertiu que haverá uma dura resposta para o que vem sendo discutido em Bruxelas, de passar do "congelamento" até aqui assumido para a expropriação desacordada.

Em 2022, após a Rússia socorrer as repúblicas populares do Donbass da ameaça de genocídio de parte dos neonazis instalados no poder em Kiev depois de esperar por sete anos o cumprimento dos protocolos de Minsk, os governos europeus decretaram o congelamento de 258 bilhões de euros (R\$ 1,6 trilhão) de reservas russas em bancos europeus, principalmente no Euroclear, repetindo o congelamento feito pelo então governo Biden de quantia bem menor.

Agora, com a frenete no Donbass à beira do colapso e o governo Zelensky afundado em escândalos de corrupção e falido, a alta burocacia da União Europeia tenta socorrer os neonazis de Kiev, questionando a cínica proposta de saquear as reservas russas, usando-as para "financiar" um "emprestimo de reparações para os ucranianos" no valor de 140 bilhões de euros, que serviria para manter a guerra de expansão da Otan

*Leia mais nos site*

# Juristas militares acusam Trump por crimes de guerra no Caribe



Míssil dos EUA se aproxima de barco no caribe instantes antes da sua destruição

## Trump anuncia indulto a ex-presidente hondurenho condenado por narcotráfico

A menos de 48 horas da eleição em Honduras, o presidente Donald Trump anunciou na sexta-feira (28) que irá indultar o ex-narcopresidente hondurenho Juan Orlando Hernández, condenado nos EUA no ano passado a 45 anos de cadeia por tráfico de drogas. "JOC", como é mais conhecido o meliante, é coincidentemente, do mesmo partido de direita cujo candidato ele endossou para presidente de Honduras, Nasry "Tito" Asfura.

Assim, Trump, repetindo o que fez na eleição de Milei, interveio no pleito de Honduras pressionando os hondurenhos a eleger Asfura e condenando Rixi Moncada, a candidata apoiada pela atual presidente Xiomara Castro, do partido Libre (Liberdade e Reconstrução).

Em sua rede Truth Social, Trump vinculou explicitamente o indulto ao apoio eleitoral ao candidato presidencial Nasry "Tito" Asfura, do Partido Nacional de Honduras. "Votem em Tito Asfura para presidente e parabéns a Juan Orlando Hernández pelo seu futuro indulto".

Em outra declaração anterior, Trump disse que ele e Asfura poderiam trabalhar juntos para combater os narcocomunistas e fornecer a ajuda necessária ao povo hondurenho".

O indulto ao narcopresidente hondurenho soa ainda mais esdrúxulo quando Trump ameaça invadir a Venezuela exatamente sob pretexto de acabar com o narcotráfico e, nas últimas semanas, destruiu com mísseis ou drones 30 embarcações supostamente envolvidas no tráfico, executando extrajudicialmente mais de 30 pessoas no Caribe e na costa



O agora indultado ex-narcopresidente Juan Orlando Hernandez, no momento em que foi detido em 2022

do Pacífico, além de ter enviado uma frota encabeçada por um porta-aviões nuclear para chantagear a Venezuela.

E acaba de decretar a imposição de uma zona de exclusão aérea sobre a Venezuela, ameaçando as linhas aéreas para que se afastem.

Hernández se tornou presidente do Congresso hondurenho após o golpe que derrubou o presidente legítimo Manuel Zelaya, sucedeu ao interino Porfirio Lobo e depois governou por dois mandatos, de 2014 a 2022, apesar da constituição proibir a reeleição.

A propósito, no golpe de 2009 ficou indiscutível o dedo da então secretária de Estado de Obama, Hillary Clinton.

Sob o governo de Hernández, Honduras se tornou o país mais violento do mundo na última década, de acordo com dados das Nações Unidas. Manifestações contra o desvio

de verbas da Previdência em 2017 e acusações de vínculos com o narcotráfico levaram-no ao isolamento e à eleição em 2022 da oposicionista Xiomara Castro, mulher do presidente derribado em 2009.

Embora não faltassem indícios sobre suas ligações com o narcotráfico a situação de Hernández se tornou insustentável quando, em 2018, um de seus irmãos, o ex-congressista Juan Antonio "Tony" Hernández, foi preso em Miami (EUA) por agentes federais, acusado de tráfico de drogas e finalmente condenado em 2021 à prisão perpétua.

Em seu segundo — e irregular — mandato, JOH rompeu com um mecanismo anticorrupção promovido sob os auspícios da OEA e de Washington. Após sua derrota nas eleições de 2022, ele teve sua extradição aos EUA aprovada pelo congresso hondurenho.

*Leia mais no site do HP*

## Japão ignora atrocidades que já cometeu e afronta agora o direito internacional, denuncia a China

Lin Jian, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, reagiu na segunda-feira (1) às declarações de autoridades japonesas que, nos últimos dias, tentaram minimizar os tratados que confirmam Taiwan como parte do território chinês.

"Sempre que questionado, o lado japonês simplesmente evita mencionar a Declaração do Cairo, a Proclamação de Potsdam e o Instrumento de Rendição do Japão — todos documentos que afirmam claramente que Taiwan deve ser devolvida à China —, assim como os quatro documentos políticos que formam a base das relações entre China e Japão e o compromisso político do governo japonês com o princípio de uma só China", afirmou o representante, sobre as manipulações desencadeadas a respeito pelo governo de Sanae Takaichi.

Aliás, foi esse conflito que apressou em anos a desdolarização ao mostrar a todos os países que, se uma superpotência nuclear como a Rússia pode ser assaltada, então qualquer país pode, desde que essa seja a vontade dos colonialistas e imperialistas. Na sequência, o comércio entre os países dos BRICS nas próprias moedas avançou enormemente.

"Isso demonstra um claro esquecimento das atrocidades cometidas pelo militarismo

japonês, uma série falta de respeito pela história da Guerra Antifascista e um desafio aberto à autoridade da ONU e à ordem internacional do pós-guerra", enfatizou o diplomata.

Ele advertiu que o "curso da história não pode ser revertido e a linha vermelha da paz não deve ser cruzada", observando ainda que o Japão "tentava minimizar a situação" enquanto continua seguindo pelo "caminho errado". "A China não aceitará isso de forma alguma".

Jian conclamou Tóquio a "aprender com as lições da história, refletir seriamente, levar em conta o que ouviu da China, retirar as declarações equivocadas — como é devido — e adotar medidas concretas para cumprir seus compromissos políticos com Pequim".

A imensa maioria dos países do mundo — 181 — mantém relações diplomáticas com Pequim, cuja cláusula pétrea é o princípio de "Uma Só China" e sob a qual Taiwan é uma parte da China a ser reunificada, como já ocorreu com Hong Kong e Macau. A atual situação foi criada, durante a Guerra

Fria, quando o Kuomintang, derrotado na Guerra Civil, refugiou-se em Taiwan, sob proteção da frota norte-americana, o que não muda sua condição de parte inalienável do território da China. Aliás reconhecida pelos EUA desde o governo Carter.

Há duas semanas, inusitada declaração da recém-empossada primeira-ministra Takaichi, ameaçando uma "intervenção armada japonesa" no Estreito em caso de uma "emergência em Taiwan", levou a China a repelir a provocação e advertir sem rodeios que "quem brinca com fogo acaba se queimando".

**BRINCANDO COM FOGO**

Uma provocação ainda mais deletéria ao ser cometida no 80º aniversário da vitória na Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e na Guerra Mundial Antifascista, vitória obtida ao custo de 35 milhões de vidas chinesas.

Como destacou o maior jornal chinês, o Diário do Povo, "desde os tempos modernos, o militarismo japonês se envolveu em agressão desenfreada e expansão no exterior, cometendo inúmeros crimes contra a China. *Leia mais no site do HP*

Após o ataque inicial com míssil ao pequeno barco, um drone mostrou dois sobreviventes. Um segundo disparo "destroçou os dois na água" após ordem verbal de Hegseth, chefe do Pentágono: "matar todos"

**U**m dos principais jornais dos EUA, o Washington Post, revelou, citando fontes, que no ataque que abriu a campanha militar de Trump no Caribe no dia 2 de setembro, o chefe do Pentágono, Pete Hegseth, deu uma ordem verbal de "matar todos".

Esse primeiro ataque foi praticamente comemorado pelo próprio Trump, que imediatamente postou um vídeo da execução, declarando que estava aberta sua guerra aos "narcoterroristas".

Conforme a matéria do Post de sexta-feira (27), após o ataque inicial com míssil ao pequeno barco, um drone mostrou que ainda havia dois sobreviventes agarraados nos destroços fumegantes. Um segundo disparo "destroçou os dois na água", segundo as fontes.

Um indivíduo envolvido no ataque disse ao jornal: "A ordem [de Hegseth] era matar todos." Este foi o primeiro de uma série de ataques mortais com mísseis que afundaram 22 pequenos barcos e mataram pelo menos 83 pessoas da Venezuela, Colômbia, Equador e Trindade.

E, claro, o Pentágono ainda não identificou nenhuma de suas vítimas, nem forneceu qualquer prova de que fossem culpados de tráfico de drogas ou qualquer outro crime.

Em resposta ao artigo do Post, o Grupo de Trabalho dos Ex-Juízes Advogados Gerais (JAGs), que inclui funcionários que atuaram como assessores jurídicos das Forças Armadas sob administrações anteriores, advertiu de que se trata de "crime de guerra" sob o direito internacional ou "assassinato" sob o código penal.

"Se a operação militar dos EUA para interceptar e destruir embarcações suspeitas de tráfico de narcotraficantes é um conflito armado não internacional", como sugere a administração Trump, ordens para "matar todos", que podem razoavelmente ser consideradas uma ordem para "não dar quartel" e para "double-tap" em um alvo para matar sobreviventes, são claramente ilegais segundo o direito internacional. Em resumo, são crimes de guerra."

"Se a operação militar dos EUA não for um conflito armado de qualquer tipo, essas ordens para matar civis indefesos agarraados aos destroços de uma embarcação destruída pelo nosso exército submeteriam todos, desde [o secretário de defesa] até o indivíduo que puxou o gatilho, a processos sob a lei americana por assassinato."

"Independentemente de os EUA estarem envolvidos em um conflito armado, operações de aplicação da lei ou qualquer outra aplicação de força militar, a lei internacional doméstica dos EUA proíbe o óbvio intencional de pessoas indefesas", disseram os ex-advogados militares.

"Se as reportagens do Washington Post e da CNN forem verdadeiras, os dois sobreviventes do ataque dos EUA em 2 de setembro de 2025 contra uma embarcação que transportava 11 pessoas ficaram incapazes de continuar sua missão quando forças militares americanas danificaram significativamente a embarcação que as transportava. Nessas circunstâncias, o direito internacional não só proíbe o óbvio desses sobreviventes, mas também exige que a força atacante os proteja, resgate e, se aplicável, trate como prisioneiros de guerra. Violações dessas obrigações são crimes de guerra, assassinato, ou ambos. Não há outras opções."

"Independentemente de os EUA estarem envolvidos em um conflito armado, operações de aplicação da lei ou qualquer outra aplicação de força militar, a lei internacional doméstica dos EUA proíbe o óbvio intencional de pessoas indefesas", disseram os ex-advogados militares.

"Se as reportagens do Washington Post e da CNN forem verdadeiras, os dois sobreviventes do ataque dos EUA em 2 de setembro de 2025 contra uma embarcação que transportava 11 pessoas ficaram incapazes de continuar sua missão quando forças militares americanas danificaram significativamente a embarcação que as transportava. Nessas circunstâncias, o direito internacional não só proíbe o óbvio desses sobreviventes, mas também exige que a força atacante os proteja, resgate e, se aplicável, trate como prisioneiros de guerra. Violações dessas obrigações são crimes de guerra, assassinato, ou ambos. Não há outras opções."

"Além disso, Trump prometeu ao povo americano que não haveria novas guerras, mas agora está fabricando esse conflito e mentindo sobre seus motivos. Esse belicismo precisa acabar."

Ao mesmo tempo em que comete execuções extrajudiciais sem qualquer prova e sem julgamento, o governo Trump tenta fazer da recém-fabricada "guerra aos narcoterroristas" o pretexto para ressuscitar a "doutrina Monroe", passar por cima da soberania dos países vizinhos. [...]

*Leia a íntegra no site*

# Geraldo Filme, o bumbo de Pirapora e o samba brasileiro

A obra de Geraldo Filme reúne as vertentes rurais e urbanas do nosso samba e reflete e se confunde, como poucas, com a trajetória e evolução desse gênero tão caro aos brasileiros

IRAPUAN SANTOS\*

**I**samba, expressão maior da música brasileira, é um fenômeno cultural coletivo desenvolvido nos últimos séculos em nosso país, de difícil delimitação de origem no tempo e no espaço. Desta maneira é fundamental que seja tratado como tradição presente nas mais diferentes regiões brasileiras.

Suas origens rurais são inegáveis, assim como seu crescimento e influência social nas camadas urbanas da sociedade, através do tempo, acompanhando o próprio desenvolvimento do País.

Neste dia 2 de dezembro, Dia Nacional do Samba, prestamos esta homenagem a Geraldo Filme, um dos grandes sambistas brasileiros, nascido em São Paulo, que este ano completaria 99 anos de vida.

É muito importante, através de sua trajetória, refletir sobre o que ela tem de original e ao mesmo tempo comum ao desenvolvimento do samba e da cultura popular. A obra de Geraldo Filme reúne as vertentes rurais e urbanas do nosso samba e reflete e se confunde, como poucas, com a trajetória e evolução desse gênero tão caro aos brasileiros.

## O EVENTO

Relatos de tradição oral contam que José de Almeida Neves, morador do Bairro de Pirapora, em Santana do Parnaíba/SP, por volta de 1725, encontrou, no Rio Anhembi, encostada na altura do Salto do Pirapora, numa pedra, uma imagem do Bom Jesus. Seria esta a origem do Santuário do Bom Jesus, depois construído às margens do Rio Tieté (peixe-que-pula, em Tupi-Guarani) há 50 quilômetros de São Paulo, no atual Município de Pirapora do Bom Jesus.

A comemoração religiosa oficial de Pirapora transformou-se em grande evento, motivo da afluência de grande massa deromeiros de todo o Estado, especialmente do interior. Tem-se notícia de ter reunido até 600 mil pessoas há décadas atrás. Uma festa de brancos onde os negros ficavam à margem. Assim, enquanto a elite se acomodava em hospedagens e assistia aos dobrados nos salões, os negros iam para o barracão e faziam batuque durante a noite.

Grande parte da população negra de São Paulo é egressa da falência da cultura do algodão nordestina. Por volta de 1850, grande contingente foi trazido para Campinas e outros municípios do interior paulista para o trabalho na promissora lavoura do café.

Em Campinas, o samba dos negros era chamado de cayumba, dançado com umbigada, na Coroação dos Reis do Congo, acompanhado por instrumentos de percussão como o tambu, o quinjengue e o urucango. Segundo o artigo "Samba Paulista e suas Estórias", publicado na revista Sarao – Centro de Memória – Unicamp, o maestro campineiro Carlos Gomes, ao compor a obra "Quilombo – Quadrilha Brasileira Sobre os Motivos dos Negros", subdividida em Cayumba, Bananeira, Quingobô, Bamboala e Final, teria se inspirado na cultura negra de Campinas.

Desta maneira, o chamado samba de Pirapora, na verdade, vinha também de Campinas, Cipivari, Piracicaba, Tietê, onde era praticado nas fazendas. Era chamado de samba de bumbo, um misto de samba com ritmos nordestinos como reisado, jongo e maracatu, cujo instrumental



Geraldo Filme  
em cena do  
documentário  
de Carlos Cortez

## DIFUSÃO

Fernando Faro, Oswaldo da Cúica e o escritor e mestre sala Wilson F. Moraes, em depoimentos para o documentário "Geraldo Filme – quando criou cantando samba era coisa feia", dirigido por Carlos Cortez, em 1997, mostram a importância do Largo da Banana, na Barra Funda, na Capital Paulista, para o desenvolvimento do samba.

A Barra Funda é uma das grandes estações ferroviárias de São Paulo. Os ferroviários que traziam muitas mercadorias, especialmente a banana, que deram nome ao Largo, se reuniam e como fossem em grande parte frequentadores do batuque de Pirapora, lá organizavam suas rodas. Toniquinho Batuqueiro, no mesmo documentário, registra também a existência das rodas de tiriricas, ao som das do batuque das caixas de engraxates. Oswaldo da Cúica explica que diferentemente da capoeira jogada na Bahia ou no Rio de Janeiro, a tiririca era um desafio, a base de visagem e pernada, ao som do samba rural paulista.

Seu Nenê de Vila Matilde, em seu livro de memórias, organizado pela jornalista Ana Braia, confirma: "Não éramos só nós, no Largo do Peixe. O Germano Mathias e o Caco Velho também davam pernada na Praça da Sé. No Largo da Banana tinha o Inocélio Tobias com o pessoal da Barra Funda". (p. 42).

Quando Geraldo Filme nasceu, em 1927, o carnaval oficial em São Paulo era uma festa animada por marchas e às vezes valsas. Lembrava uma festa europeia nos trópicos, onde pontificavam grandes sociedades, muitas vezes com alegorias e fantasias que remetiam à ópera italiana.

No entanto, o povo, que nunca pediu licença para desenvolver suas próprias músicas e ritmos, se organizava em cordões e com seus estandartes faziam a festa à sua maneira. No início, a base instrumental dos cordões paulistas era exatamente a do chamado "samba rural": bumbo, caixa e chocalho. Somente mais tarde, com o crescimento do choro, receberia a adesão de cordas e sopros.

## GERALDO FILME

Geraldo Filipe de Souza nasceu em 18 de outubro de 1927, em São João da Boa Vista/SP, filho de Sebastião e Augusta Geralda, ele exímio violonista.

A mãe, ativista em defesa das mulheres, viria a ser fundadora do Paulistano da Glória, antigo cordão carnavalesco, escola de samba da cidade de São Paulo e mais tarde animada gafieira frequentada por toda a esquerda paulistana, no bairro do Cambuci.

Aos cinco anos de idade, veio com a família para a Barra Fun-

da, onde na infância se ocupava de entregar as marmitas que sua mãe fornecia.

Geraldo, aos 10 anos de idade, incomodado com o prestígio excessivo que considerava ser dado ao carnaval carioca, na época, apresentou seu cartão de visitas ao mundo do samba compondo "Eu vou mostrar", música em que, demonstrando sua verve, finalizou com os seguintes versos:

"Somos paulistas/ E Sambamos prá cachorro// Prá ser sambista / Não precisa ser do morro/"

As idas com a família aos festejos de Pirapora definiram sua obra não só na temática, mas também no estilo irônico e característico de compor, transformando-o na grande personalidade do samba de São Paulo.

Sua composição "Batuque de Pirapora", composta em redondilhas maiores e menores é uma narrativa quase autobiográfica do evento e das contradições sociais que marcavam o festejo:

"Eu era menino  
Mamãe disse: vamos embora  
Você vai ser batizado  
No Samba de Pirapora  
Mamãe fez uma promessa  
Para me vestir de anjo  
Me vestiu de azul-celeste  
Na cabeça um arranjo  
Ouviu-se a voz do festeiro  
No meio da multidão  
Menino preto não sai  
Aqui nessa procissão  
Mamãe, mulher decidida  
Ao santo pediu perdão  
Jogou minha asa fora  
Me levou pro barracão  
Lá no barracão  
Tudo era alegria  
Nego batia na zabumba  
E o boi gemia"

É importante destacarmos alguns aspectos deste trecho de composição. Em primeiro lugar, o conflito étnico social agudo que a sociedade vivia naqueles tempos. Há uma evidente ironia no verso inicial, quando a mãe leva a criança para ser batizada no "Samba de Pirapora", e não na igreja. Nos versos seguintes a denúncia crua do racismo na voz do festeiro: "Menino preto não sai/aqui nessa procissão". O terceiro momento revela a consciência da mãe sobre a absoluta impossibilidade de assimilação dos negros pelos donos da festa: "Jogou minha asa fora/ Me levou pro barracão". E, finalmente, a imagem do barracão como metáfora da resistência do povo. Uma espécie de quilombo, onde "Tudo era alegria". As imagens finais são profundamente reveladoras da essência do surgimento do samba paulista: feito por negros, tocando zabumba, o que remete aos ritmos nordestinos e à imagem do boi como evocação das fazendas e da vida rural.

Geraldo Filipe transportaria toda sua experiência de vida para

uma obra musical de forte conteúdo cronístico e social; para sua intensa atividade de organizador de blocos e escolas de samba;

para suas ações como ativista, engajado na luta social ao lado do povo, sempre resgatando o papel do negro na sociedade.

Não é por outra razão que o seu samba "Reencarnação", onde dialoga hipoteticamente com o criador, faz reivindicações para uma possível volta:

"Quero ser sambista  
Ao renascer de novo  
Prá cantar a alegria  
E desventura de meu povo  
Quero ter muitos amigos  
Como tenho atualmente  
Cantar samba na avenida  
E nascer negro novamente"

Em 1972, compôs para a Unidos do Peruche o samba "Chamamos aos Heróis da Independência", que é finalizado com os versos:

"Senhores deixando palácios  
Negros partindo as correntes  
Índios saindo das matas  
Unidos por um Brasil  
independente  
Mil vidas tivessem dariam  
as mil  
Pela independência do Brasil  
Não foi em vão teu povo não  
esquece  
A chama da liberdade nosso  
peito ainda aquece  
Segue teu caminho meu  
Brasil  
Alerta mocidade para manter  
acesa  
A chama da nossa liberdade"

Segundo Carlão, presidente da Escola de Samba à época, "quando chegou lá, a escola estava metralhada, as fantasias e os instrumentos estavam quebrados. Segundo o fundador da Unidos do Peruche, os policiais agrediram seus filhos, sua companheira e outros integrantes da escola." Geraldo Filipe desapareceu por 30 dias e depois comunicou a amigos que tinha sido recolhido ao DOPS, que estava interessado em saber de suas relações com Solano Trindade, de quem era companheiro desde a época do Teatro Popular Brasileiro, criado por Solano e Edson Carneiro.

Geraldo Filipe compôs sambas para diferentes escolas de São Paulo, como a Paulistano da Glória, e foi integrante e compositor da Colorado do Brás, da Unidos do Peruche, Camisa Verde e Branca e Vai-Vai. Era admirado por todos os sambistas. Segundo o Dicionário Cravo Alvim, o carioca Mano Décio da Viola, autor de "Heróis da Liberdade", com Silas de Oliveira, não teve dúvidas em afirmar em certo momento: "Geraldo no momento é quem melhor arma enredo no Brasil".

Além disso, Geraldo Filipe deixou sambas de quadra memo-

ráveis como "Tradição" e "Silêncio no Bixiga", em sua passagem pela Vai-vai.

Em 1975 Clementina de Jesus ganhou o prêmio de "Melhor Intérprete" no "Festival Abertura", da TV Globo, com a composição "A morte de Chico Preto", de autoria de Geraldo Filipe. Um samba com viola, refrão de capoeira e motivação rural.

Geraldo Filipe gravou em 1980, aos 52 anos, pela Eldorado, o primeiro LP, "Geraldo Filipe", que contou com textos do teatrólogo e escritor Plínio Marcos, e gravou várias de suas composições, tais como "São Paulo, Menino Grande", "Silêncio no Bixiga", "Vai no Bixiga pra Ver", "A Morte de Chico Preto", "Vai cuidar da tua vida", "Reencarnação", "Vamos balançar" e "Garoto de pobre".

## O CANTO DOS ESCRAVOS

Em 11 de fevereiro de 1982 é lançado LP "O Canto dos Escravos", que reuniu Geraldo Filipe, Doca, pastora e baiano da Portela, e Clementina de Jesus, que neste álbum faz suas últimas gravações. Um projeto de Aluizio Falcão, gravado no Estúdio Eldorado, que teve como produtor e diretor musical o Maestro Marcus Vinícius Andrade.

Trata-se de um projeto raro e muito valorizado na discografia brasileira. Foram gravados 14 cantos, dentre os 65 cantos colhidos pelo professor e linguista mineiro Aires da Mata, durante a década de 30. São chamados de vissungos, cantos de trabalho dos negros benguelas. Conforme explica o professor no livro "O Negro e o Garimpo em Minas Gerais".

Foram colhidos na cidade de São João da Chapada, Município de Diamantina, em Minas Gerais. Alguns pesquisadores dividem as 14 faixas em vissungos de protesto, louvação religiosa e visaria e diversão.

Para o jornalista Nabor Júnior, "ao dispensar instrumentos harmoniosos e apostar na percussão para compor o acompanhamento das músicas, Marcus Vinícius agregou ritmo e força ao trabalho. A introdução de ritmos binários generalizados de umbanda, tais como o barravento, que ouvimos em casas de umbanda, macumba e jurema por todo o país, materializados na percussão de troncos, xequerés, enxadas, cabacas, atabaques, agogôs, caxixis e afoxés tocados por Djalmão Corrêa, Papete e Don Bira, dão fôlego e corpo ao álbum."

## A GRANDE HOMENAGEM

Em 1997, a vida e a obra de Geraldo Filipe são levadas para

as telas através do documentário "Geraldo Filipe – Quando criou cantando samba era coisa feia".

O documentário, com 52 minutos de duração, dirigido por Carlos Cortez, com argumento de Sérgio Rubens de Araújo Torres, tendo como ator Léo Medeiros, realizado pelo CP-CUMES, com produção do Birô de Criação e com co-produção da TV Cultura, recebeu o prêmio de Melhor Filme Brasileiro, no 3º Festival Internacional de Documentários de São Paulo – É tudo Verdade, Prêmio Especial do Júri no 26º Festival de Gramado, Prêmio de Melhor Média Metragem no 6º Festival de Cuiabá, e Prêmio de Melhor Roteiro e Melhor Montagem no 31º Festival de Cinema de Brasília.

Tendo a participação dos Demônios da Garoa, Escola de Samba Vai-Vai, Germano Matias, Itamar Assumpção, Maria Ester de Pirapora, Nelson Creciben, Oswaldo da Cúica, Plínio Marcos, Raquel Trindade, Silval, Escola de Samba Império do Cambuci, Toniquinho Batuqueiro e Wilson R. de Moraes, é um mergulho no universo do samba e na cultura negra paulista através da obra do compositor Geraldo Filipe.

Niterói (RJ), 2 de dezembro de 2025.

\* É Presidente do CNAB – Congresso Nacional Afro-Brasileiro, Membro do Comitê Central do PC do B, licenciado em Letras pela UERJ e Música pela UFRJ.

**Fontes consultadas:**  
CORTEZ, Carlos. Filme-documentário – GERALDO FILME, quando criou cantando samba era coisa feia – CPC da Umes – TV Cultura – Birô da Criação. SP 1988

PROENÇA, M. Cavalcanti. Ritmo e Poesia – Simões Editores e Livraria. Rio de Janeiro

BRAIA, Ana. Memórias do Seu Nenê da Vila Matilde. Lemos Editorial & Gráficos. São Paulo. 2000.

CUPINZEIRO, Núcleo de sambista do, e Vô Simon, Olga. "O Samba Paulista e suas Estórias". Revista Sarau nº 26 – Centro de Memória da UNICAMP.

ALBIN, Ricardo Cravo. Dicionário Cravo Albin de Música Popular. www.palmares.gov.br. Fundação Palmares. Consulta em 01.12.2022

NABOR, Júnior. Sons de Trabalho. Música de Liberdade. Revista Omenelick2ato. https://www.omenelick2ato.com/musicalidades/o-canto-dos-escravos. Consultada em 01.12.2025.

COSTA, Daniel. Geraldo Filipe, e os caminhos do samba da Paulicéia – o Paulistano da Glória. jornalggm@gmail.com. Publicado em 13.10.2022. Consultado em 01.12.2025.

SANTOS, Irapuan. GERALDO FILME E O SAMBA DE PIRAPORA – Cultura Popular em São Paulo. UFRJ. Músicas de Tradição Oral no Brasil. Julho/2018. RJ